
***Companhia de
Desenvolvimento
de Minas Gerais
– CODEMGE***

***Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2021
e relatório do auditor independente***





Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais - CODEMGE

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais - CODEMGE (a "Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais - CODEMGE e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais - CODEMGE e da Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais - CODEMGE e suas controladas em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Transações com partes relacionadas

Chamamos a atenção para as notas explicativas 1(c) e 12 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que descrevem que a Companhia mantém um elevado grau de dependência com sua parte relacionada, CODEMIG, em virtude dos valores de dividendos repassados por sua controlada que totalizaram R\$ 736.298 mil (R\$ 372.899 mil em 2020). Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.



Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais - CODEMGE

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

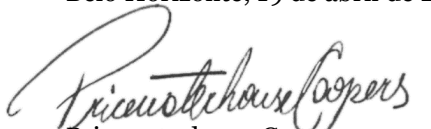


Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais - CODEMGE

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 19 de abril de 2022


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Guilherme Campos e Silva
Contador CRC 1SP218254/O-1

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais - CODEMGE

Relatório da administração em
31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais (Codemge) é uma empresa estatal, integrante da Administração Pública Indireta do Estado de Minas Gerais, organizada sob a forma de sociedade por ações, tendo o Estado como principal acionista. A Codemge é resultado de um processo de reorganização societária de cisão parcial da Codemig, carregando, portanto, seu objeto social e desempenhando o papel de desenvolvimento no Estado de Minas Gerais. Dotada de personalidade jurídica de direito privado e patrimônio próprio, a Codemge tem o controle acionário da Codemig. A estrutura da Codemge e de sua participação na Codemig correspondem ao Grupo Econômico da Codemge (“Grupo”).

Sua atuação objetiva contribuir para o desenvolvimento de Minas Gerais, colaborando para um ambiente de eficiência, simplificação e sustentabilidade e gerando valor para o acionista. Com isso, a Companhia busca ser uma empresa sustentável, focada no compromisso com austeridade e governança responsável e na capacidade de geração de resultados. Após o processo de cisão, foram realizadas outras transações de reorganização societária que definiram a Codemge como acionista majoritária da Codemig (51%), usufruindo da participação desta na Sociedade em Conta de Participação (SCP) estabelecida com a Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (CBMM), para exploração do nióbio.

Em 2021, a Codemig teve resultados significativos derivados da sua participação na SCP com a CBMM e superiores ao exercício anterior em função do início da recuperação econômica e dos impactos da pandemia de covid-19 vivenciados em 2020. Atualmente, a Codemig tem como único negócio a exploração do nióbio, por meio da referida SCP com a CBMM.

A seguir, apresenta-se a evolução econômico-financeira do Grupo, conforme dados consolidados.

EVOLUÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

Em **volume de desembolsos**, o Grupo distribuiu em dividendos e juros sobre capital próprio a seus acionistas, ao todo, **R\$1,1 bilhões**.

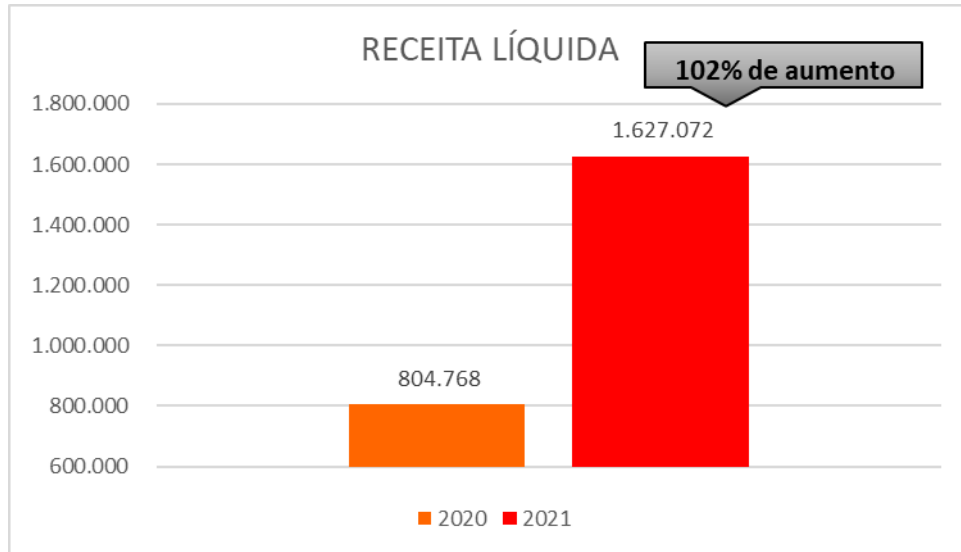
Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais - CODEMGE

Relatório da administração em
31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

RECEITA LÍQUIDA

O Grupo atingiu em 2021 a receita líquida de **R\$1,6 bilhões**, substancialmente devido aos lucros recebidos da Sociedade em Conta de Participação mantida com a CBMM.



A receita líquida auferida em 2021 pelo Grupo foi 102% maior do que a de 2020 — em números absolutos, foram registrados R\$822 milhões a mais que em 2020. O aumento da receita deve-se, principalmente, pelo impacto negativo em 2020 no resultado da SCP derivado da queda nas vendas e pelos efeitos cambiais reflexos da pandemia de covid-19 naquele ano.

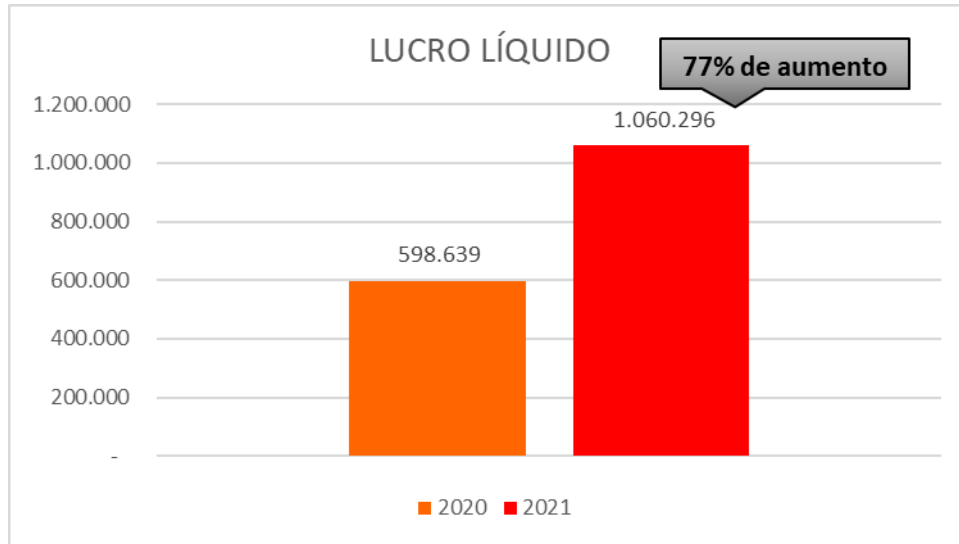
Como imposto de renda da SCP devido à Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração, ao fim do exercício de 2021, foram registrados R\$652 milhões, os quais foram repassados em janeiro de 2022. O total da participação da Codemig no imposto de renda e na contribuição social da SCP nos resultados de 2021, considerando o valor pago em janeiro de 2022 e o montante de imposto antecipado durante o exercício, alcançou R\$769 milhões no ano.

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais - CODEMGE

Relatório da administração em
31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

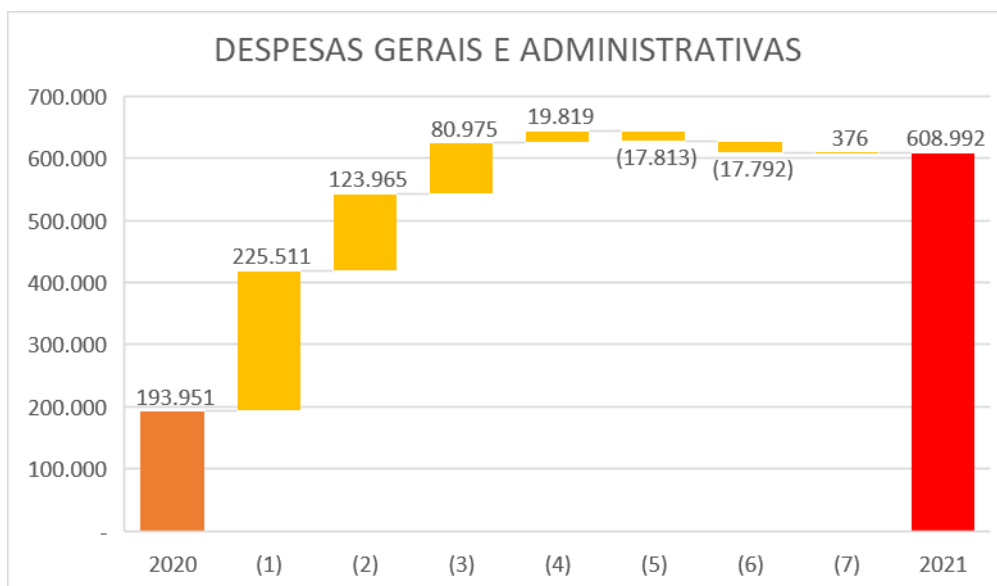
LUCRO LÍQUIDO



Principalmente devido ao aumento de resultado da SCP, em 2021, a Codemge aumentou em 77% seu resultado positivo de 2020, atingindo lucro líquido de **R\$1,1 bilhão**.

O aumento do lucro de R\$462 milhões foi impactado diretamente pelo aumento de R\$822 milhões da receita líquida e contrabalanceado pela aumento das despesas gerais e administrativas em R\$415 milhões, impactada por diversos fatores não recorrentes.

DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS



O aumento das despesas gerais e administrativas em 214%, R\$415 milhões em números absolutos, se deu substancialmente devido a fatos isolados, não correlacionados, não recorrentes e de valor relevante, quais sejam:

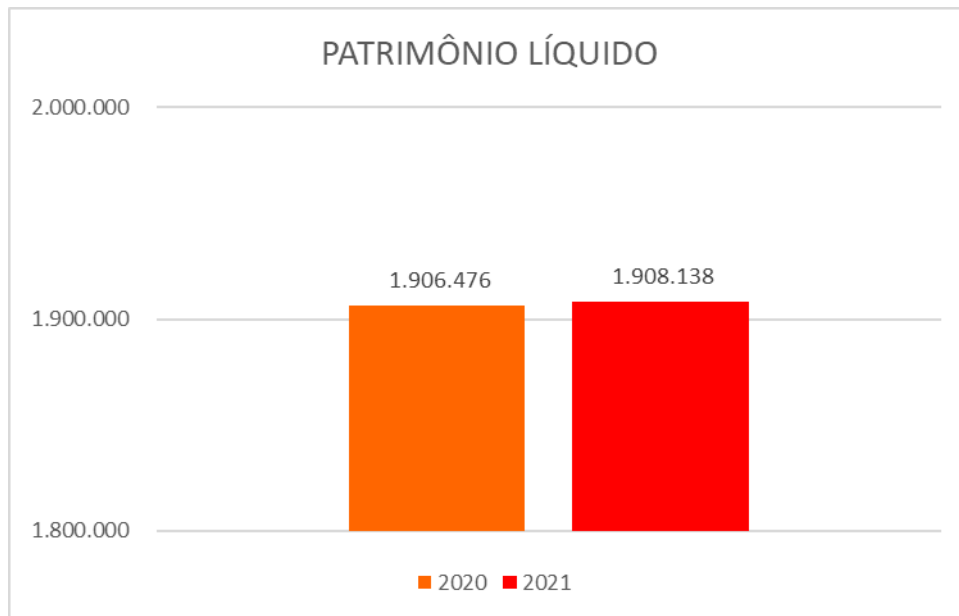
Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais - CODEMGE

Relatório da administração em
31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (1) Em 2021, provisão para adequação de valor recuperável do Centro Cultural Presidente Itamar Franco;
- (2) Em 2021, provisão para adequação de valor recuperável do terreno no bairro Olhos D'Água;
- (3) Em 2021, provisão para adequação de valor recuperável do Expominas São João Del Rei;
- (4) Provisão para adequação de valor recuperável do projeto MGgrafeno em 2021;
- (5) Em 2020, R\$24,4 milhões de *impairment* do LabFabITR conforme *valuation* do empreendimento. Em 2021, o valor de *impairment* para o mesmo empreendimento foi de R\$6,6 milhões;
- (6) Revisão de provisão de contingências tributárias de exercícios anteriores;
- (7) Outros aumentos nas despesas gerais e administrativas pulverizados.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO



O **patrimônio líquido** do Grupo aumentou em R\$1,7 milhões, ou seja, não teve variação relevante em comparação com 2020. O Grupo apurou um resultado abrangente — lucro do exercício acrescido de outros resultados abrangentes — de R\$1,0 bilhão. Como dividendos e juros sobre capital próprio do exercício, o Grupo destinou R\$887 milhões líquidos ao Estado de Minas Gerais (seu principal acionista) sendo R\$272 milhões do lucro individual da Codemge e R\$615 milhões do lucro da Codemig, além de R\$150 milhões de dividendos tendo como contrapartida das reservas de lucros da Codemge.

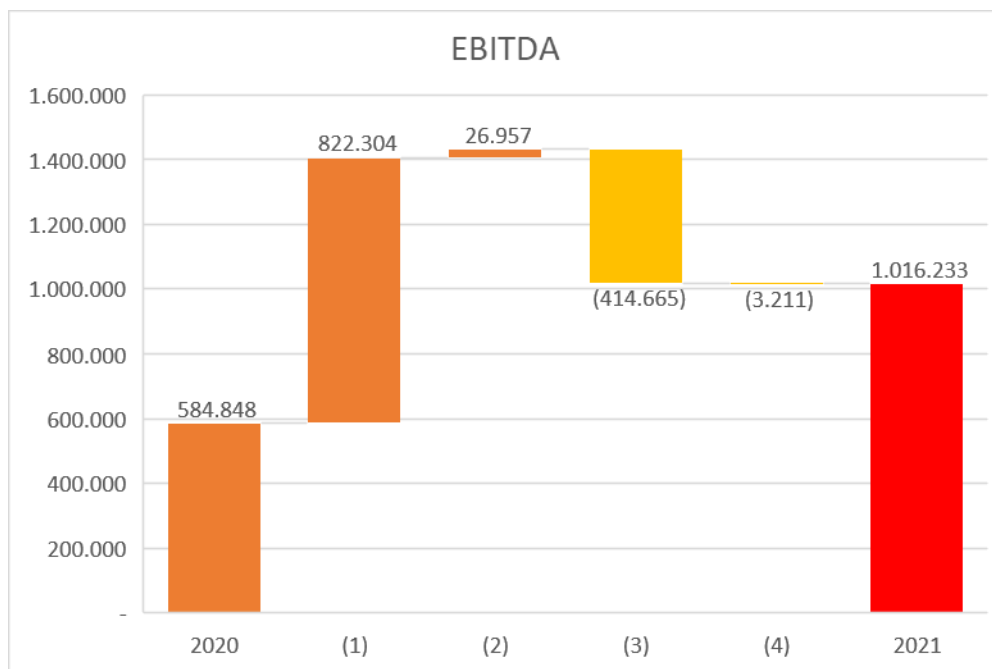
Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais - CODEMGE

Relatório da administração em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

EBITDA

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	1.060.296	598.639
(+) IR/CSLL sobre o lucro do exercício	-	76
(-) Resultado financeiro positivo	(60.204)	(27.991)
(+) Depreciação e amortização	16.141	14.124
EBTIDA - conforme ICVM 527	1.016.233	584.848



A variação positiva de 74% do EBITDA ajustado do Grupo, R\$431 milhões, decorre substancialmente de:

- (1) Aumento da receita líquida do exercício de 2021, comparativamente a 2020;
- (2) Redução dos gastos com desenvolvimento em função da nova diretriz da Companhia;
- (3) Aumento das despesas gerais e administrativas em função de eventos não recorrentes, ocorridos em 2021;
- (4) Impacto líquido de outras alterações no resultado.

Outras informações gerenciais sobre o andamento do Grupo durante o exercício de 2021 poderão ser verificadas na publicação anual do Relatório de Gestão da Codemge 2021, que será divulgado na página eletrônica da empresa (<http://www.codemge.com.br/a-codemge/relatório-de-gestão/>).

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais - CODEMGE

Balanço patrimonial Em 31 de dezembro de Em milhares de reais

Ativo	Notas	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	92.048	33.457	589.153	305.647
Títulos e valores mobiliários	6	167.162	13.598	665.418	290.909
Contas a receber	7	30.862	18.547	172.670	137.657
Dividendos e JCP a receber	8	39.836	117.430	10.860	5.499
Tributos a recuperar	9	6.031	4.223	9.866	5.625
Partes relacionadas	12	662	689	-	-
Outros ativos circulantes		1.036	534	1.036	534
Total do ativo circulante		337.637	188.478	1.449.003	745.871
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Títulos e valores mobiliários	6	22.510	41.528	196.015	287.476
Contas a receber	7	6.979	1.401	6.979	1.401
Tributos a recuperar	9	15.319	15.936	24.310	26.771
Depósitos judiciais	10	15.422	15.357	15.422	15.381
Estoque de imóveis a comercializar	11	27.348	32.955	27.348	32.955
Instrumentos financeiros patrimoniais	13.1	339.595	361.386	339.595	361.386
		427.173	468.563	609.669	725.370
Investimentos	13.2	514.653	531.943	207.143	224.240
Imobilizado	14	405.621	509.161	652.175	1.110.927
Intangível	15	22.013	38.231	22.032	38.250
		942.287	1.079.335	881.350	1.373.417
Total do ativo não circulante		1.369.460	1.547.898	1.491.019	2.098.787
Total do ativo		1.707.097	1.736.376	2.940.022	2.844.658

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais - CODEMGE

Balanço patrimonial Em 31 de dezembro de Em milhares de reais

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Passivo					
Circulante					
Contas a pagar	16	8.413	2.034	691.617	393.883
Operações de arrendamento mercantil	17	-	442	-	442
Tributos a recolher	18	5.565	3.701	6.746	3.786
Salários e encargos sociais	19	12.915	14.446	12.915	14.446
Adiantamentos e cauções recebidas	20	2.837	3.315	33.779	10.334
Partes relacionadas	12	31.644	12.846	-	-
Dividendos a pagar		-	-	30.727	110.273
Outras contas a pagar		2.837	2.822	2.837	2.822
Total do passivo circulante		64.211	39.606	778.621	535.986
Não circulante					
Contas a pagar	16	-	-	57.711	138.415
Operações de arrendamento mercantil	17	-	15.107	-	15.107
Tributos a recolher	18	4.496	11.282	4.496	11.282
Adiantamentos e cauções recebidas	20	-	-	137.902	175.056
Provisão para contingências	21	13.574	10.259	53.154	62.336
Partes relacionadas	12	12.385	49.540	-	-
Total do passivo não circulante		30.455	86.188	253.263	402.196
Total passivo		94.666	125.794	1.031.884	938.182
Patrimônio líquido	22				
Capital social		751.091	751.091	751.091	751.091
Reserva de capital		580.943	580.943	580.943	580.943
Ajustes de avaliação patrimonial		12.953	34.167	12.953	34.167
Reservas de lucro		267.444	244.381	267.444	244.381
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		1.612.431	1.610.582	1.612.431	1.610.582
Participação dos não controladores		-	-	295.707	295.894
Total do patrimônio líquido		1.612.431	1.610.582	1.908.138	1.906.476
Total do passivo e patrimônio líquido		1.707.097	1.736.376	2.940.022	2.844.658

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais - CODEMGE

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais, exceto o lucro por ação

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Receita líquida	23	62.056	40.159	1.627.072	804.768
Custo dos imóveis vendidos	23	(2.456)	-	(2.456)	-
Lucro bruto		59.600	40.159	1.624.616	804.768
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas gerais e administrativas	24	(255.730)	(169.032)	(608.992)	(193.951)
Gastos com desenvolvimento	25	(7.504)	(34.444)	(7.665)	(34.622)
Resultado com participações societárias	13.2	636.530	382.142	(1.553)	(3.144)
Outras despesas operacionais, líquidas	26	(6.603)	(2.416)	(6.314)	(2.327)
		366.693	176.250	(624.524)	(234.044)
Lucro antes do resultado financeiro		426.293	216.409	1.000.092	570.724
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	27	21.277	11.193	67.349	35.299
Despesas financeiras	27	(2.527)	(1.195)	(7.145)	(7.308)
		18.750	9.998	60.204	27.991
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		445.043	226.407	1.060.296	598.715
Imposto de renda e contribuição social	28	-	-	-	(76)
Lucro líquido do exercício		445.043	226.407	1.060.296	598.639
Atribuível à:					
Acionistas da Companhia				445.043	226.407
Participação dos não controladores				615.253	372.232
				1.060.296	598.639
Lucro por ação atribuível aos acionistas da Companhia no exercício (expressos em R\$ por ação)					
Lucro básico e diluído por ação	29			2.168,60	1.103,24

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais - CODEMGE

Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Lucro líquido do exercício		445.043	226.407	1.060.296	598.639
(Perda) / Ganho de valor justo de investimentos avaliados a VJORA	13.1	(31.262)	39.671	(31.262)	32.716
Tributos diferidos sobre o ganho e perdas de valor justo		6.786	(10.984)	6.786	(8.618)
Resultado na liquidação de instrumentos financeiros	13.1	587	-	587	-
Ajuste de avaliação patrimonial reflexo de coligadas e controladas	13.2	2.675	(8.471)	2.675	(3.882)
		(21.214)	20.216	(21.214)	20.216
Total do resultado abrangente do exercício		<u>423.829</u>	<u>246.623</u>	<u>1.039.082</u>	<u>618.855</u>
Atribuível à:					
Acionistas da Companhia				423.829	246.623
Participação dos não controladores				<u>615.253</u>	<u>372.232</u>
				<u>1.039.082</u>	<u>618.855</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais - CODEMGE

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	<u>Reserva de lucros</u>						Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido	
	Capital social	Reserva de capital	Ajustes de avaliação patrimonial	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados			Total
Em 31 de dezembro de 2019	751.091	580.943	13.951	62.996	383.554	-	1.792.535	362.166	2.154.701
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	226.407	226.407	372.232	598.639
Outros resultados abrangentes									
Ajuste de avaliação patrimonial de coligadas	-	-	20.216	-	-	-	20.216	-	20.216
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	20.216	-	-	226.407	246.623	372.232	618.855
Outras mutações no patrimônio líquido									
Constituição de reservas	-	-	-	-	119.828	(119.828)	-	-	-
Constituição de dividendos	-	-	-	-	(321.997)	(106.579)	(428.576)	(438.504)	(867.080)
Em 31 de dezembro de 2020	751.091	580.943	34.167	62.996	181.385	-	1.610.582	295.894	1.906.476
Lucro líquido do exercício						445.043	445.043	615.253	1.060.296
Outros resultados abrangentes									
Ajuste de avaliação patrimonial de coligadas e instrumentos patrimoniais	-		(21.214)	-	-	-	(21.214)	-	(21.214)
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	(21.214)	-	-	445.043	423.829	615.253	1.039.082
Outras mutações no patrimônio líquido									
Constituição de reservas	-	-	-	-	172.883	(172.883)	-	-	-
Constituição de dividendos	-	-	-	-	(149.820)	(272.160)	(421.980)	(605.640)	(1.027.620)
Constituição de juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	(9.800)	(9.800)
Em 31 de dezembro de 2021	751.091	580.943	12.953	62.996	204.448	-	1.612.431	295.707	1.908.138

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais - CODEMGE

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	455.043	226.407	1.060.296	598.639
Ajuste de:				
Depreciação e amortização	10.601	8.732	16.619	14.772
Perda por redução ao valor recuperável de ativos	101.706	26.966	450.900	26.966
Provisão/(reversão) para perda por créditos de liquidação duvidosa	163	(68)	2.310	608
Provisão para litígios	1.646	3.863	1.327	3.863
Liquidação de instrumentos financeiros disponíveis para venda	587	-	587	-
Receitas financeiras	(19.773)	(4.252)	(46.645)	(18.637)
Despesas financeiras	2.494	1.792	6.656	7.715
Perda na baixa de imobilizado e outros ativos	14.722	5.447	14.722	5.467
Resultado com participações societárias	(636.530)	(382.142)	1.553	3.144
Variações em provisões, benefícios e incentivos	-	602	(9.079)	10.764
Ajustes de ativos e passivos operacionais:				
(Aumento) / redução de títulos e valores mobiliários para negociação imediata	(125.294)	131.144	(253.933)	335.758
Aumento no contas a receber	(18.056)	(5.325)	(42.901)	(10.729)
Redução / (aumento) dos impostos e contribuições a recuperar	3.537	(2.142)	3.293	(3.770)
Redução / (aumento) de estoque de imóveis	2.242	(1.973)	2.242	(1.973)
Aumento de depósitos judiciais	(65)	(4.807)	(41)	(4.807)
Aumento de ativos líquidos com partes relacionadas	(18.330)	(26.045)	-	-
Aumento de outros ativos	(502)	(125)	(502)	(125)
Aumento/ (redução) no contas a pagar	6.379	(1.678)	210.171	(47.737)
Aumento dos tributos a recolher	1.864	128	2.960	(653)
Redução de provisão para litígios	(33)	(50)	(33)	(50)
(Redução) / aumento de salários e encargos sociais	(1.531)	1.377	(1.531)	1.377
(Redução) / aumento de adiantamentos de clientes	(514)	1.319	(13.745)	(43.086)
Aumento/ (redução) de outras contas a pagar	15	(521)	15	(521)
Juros sobre capital próprio recebidos	5.824	760	1.241	760
Dividendos recebidos	736.298	372.899	21.180	4.290
Fluxo de caixa líquido originado atividades operacionais	512.493	352.308	1.427.662	882.035
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aporte em títulos e valores mobiliários	(2.282)	(71.125)	(279.420)	(440.039)
Resgate de títulos e valores mobiliários	225	99.869	282.095	322.032
Aquisição de imobilizado	(7.246)	(35.139)	(7.246)	(35.140)
Custos de desenvolvimento	(6.559)	(11.567)	(6.559)	(11.568)
Aquisição de direitos contratuais, marcas e patentes e software	(13)	(120)	(13)	(120)
Aporte de capital em controladas e coligadas	(265)	(5.588)	(265)	(2.305)
Aporte em fundos de investimento	(16.670)	(24.963)	(16.670)	(28.331)
Amortização de cotas em fundos de investimento	888	-	888	-
Incorporação Codepar	-	60	-	-
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(31.922)	(48.573)	(27.190)	(195.471)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Juros sobre capital próprio distribuídos	-	-	(5.180)	-
Dividendos distribuídos	(421.980)	(497.692)	(1.111.786)	(851.921)
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(421.980)	(497.692)	(1.116.966)	(851.921)
Aumento / (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquido	58.591	(193.957)	283.506	(165.357)
Caixa e equivalentes de caixa em 01 de janeiro	33.457	227.414	305.647	471.004
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	92.048	33.457	589.153	305.647
Aumento / (redução) e equivalentes de caixa, líquido	58.591	(193.957)	283.506	(165.357)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

A Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE (“Companhia” ou “Codemge”) é uma entidade pública, com sede na cidade de Belo Horizonte, organizada sob a forma de sociedade por ações e controlada pelo Governo do Estado de Minas Gerais (“Estado” ou “Estado de Minas”), resultado de uma operação societária de cisão parcial da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG (“Codemig”). Atualmente, a Codemge possui o controle acionário da Codemig e possui participação minoritária em diversas empresas (vide rol completo na nota 2.3(c)), sendo que até 29 de fevereiro de 2020 possuía também controle acionário da Codemge Participações – CODEPAR (“Codepar”), empresa incorporada pela Codemge conforme nota 1 (f), e este conglomerado de participações corresponde ao Grupo Econômico da Codemge (“Grupo”), o qual está apresentado nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

O Estado de Minas Gerais é também acionista direto na Codemig, com 49% de participação, de modo que não há acionistas minoritários na consolidação do Grupo. Sendo assim, onde se lê “Participação dos não controladores”, entenda que refere-se a participação do Estado na Codemig e não a outros minoritários.

(a) Cisão da Codemig e criação da Codemge

Em 19 de dezembro de 2017, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais aprovou o Projeto de Lei (PL) 4.827/2017 que autorizou o Poder Executivo do Estado de Minas Gerais a transformar a Codemig em sociedade de economia mista. O Projeto de Lei foi sancionado pelo Governador do Estado em 3 de janeiro de 2018, sendo transformado na Lei 22.828/2018. Em seguida, foram desencadeados diversos procedimentos internos da Codemig com a finalidade de promover a abertura de seu capital. A Lei 22.828/2018 determinou, ainda, que o Estado mantenha sob seu poder, no mínimo, 51% do capital votante da Codemig, não podendo, portanto, transferir seu controle acionário sem autorização legislativa. Sendo assim, se efetivada a abertura de capital, a Codemig se transformaria em uma sociedade de economia mista, anônima, de capital aberto.

A partir desse interesse, com fins de obter um maior retorno no valor das ações na sua oferta pública inicial de ações – IPO (sigla em inglês para “*Initial Public Offer*”), em Assembleia Geral Extraordinária ocorrida em 31 de janeiro de 2018, retificada e ratificada na Assembleia Geral Extraordinária ocorrida em 7 de fevereiro de 2018, os acionistas da Codemig decidiram pela realização de reorganização societária através de cisão parcial (“Cisão”), quando então foi criada a Codemge na qual foram incorporados o acervo líquido cindido com a substancialidade do patrimônio da Codemig na data da cisão. A Codemge é a empresa responsável pela continuidade dos negócios de desenvolvimento do Estado de Minas Gerais anteriormente realizadas pela Codemig. A cisão teve como principais objetivos:

- (i) dissociar o negócio de nióbio e seu patrimônio adjacente das demais atividades executadas pela Codemig antes da Cisão;
- (ii) apresentar aos acionistas da Codemig resultado e fluxo de caixa livres das aplicações usuais realizadas para o desenvolvimento do Estado de Minas Gerais; e
- (iii) simplificar a estrutura de negócio da Codemig, visando facilitar a apresentação da empresa ao mercado, no âmbito da abertura de capital da Codemig.

Desde a cisão, a Codemig tem como atividade principal o recebimento dos fluxos de caixa advindos de sua participação na SCP com a CBMM (nota 1 (c)) e atividades vinculadas às Escritura Pública de constituição da SCP, e após o levantamento de balancetes mensais para a apuração do lucro do período, tem o objetivo de distribuir lucros através de dividendos intercalares mensais. A Codemge, portanto, 6 de 76

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

continuará a operar as atividades para desenvolvimento do Estado de Minas Gerais anteriormente realizadas pela Codemig – antes da cisão – substancialmente com os recursos encaminhados mensalmente pela Codemig em formato de dividendos ou juros sobre capital próprio e complementarmente com os demais recursos gerados pelos seus investimentos e operações.

A constitucionalidade e economicidade da cisão da Codemig estão sendo questionadas judicialmente pela sociedade civil e pelo Ministério Público de Minas Gerais (“MPMG”) e administrativamente pelo Ministério Público de Contas (“MPC”) junto ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (“TCE-MG”). O Estado de Minas Gerais também foi acionado em ambas esferas, judicial e administrativa, de forma que a condução dos casos é realizada pelo jurídico interno e em alinhamento com a Advocacia Geral do Estado de Minas Gerais (“AGE-MG”). A administração do Grupo monitora de perto o andamento de tais processos.

(b) Objeto social

A Codemge tem por objeto social: promover o desenvolvimento econômico do Estado de Minas Gerais mediante a atuação, em caráter complementar, voltada para o investimento estratégico em atividades, setores e empresas que tenham grande potencial de assegurar de forma perene e ambientalmente sustentável, o aumento da renda e do bem-estar social e humano de todos os mineiros, especialmente nas áreas de: (i) mineração e metalurgia (ii) energia, infraestrutura e logística; (iii) eletroeletrônica e de semicondutores e telecomunicações; (iv) aeroespacial, automotiva, química, de defesa e de segurança; (v) medicamentos e produtos do complexo de saúde; (vi) biotecnologia e meio ambiente; (vii) novos materiais, tecnologia de informação, ciência e sistemas da computação e software; e (viii) indústria criativa, esporte e turismo.

Visando atingir o seu objeto social, a Codemge está autorizada a atuar de forma à: (i) promover desapropriação, constituir servidão, adquirir, alienar, permutar, arrendar, locar, doar ou receber terrenos e imóveis, destinados à implantação de indústrias, empresas ou atividades correlacionadas a seu objeto; (ii) firmar contrato ou convênio de cooperação técnica e econômica; (iii) participar em empreendimento econômico com empresas estatais ou privadas, mediante contrato de parceria e subscrição do capital social; (iv) participar em instituições e fundos financeiros legalmente constituídos; (v) adquirir, permutar, converter ou alienar valores mobiliários de qualquer natureza emitidos por empresas de capital público, misto ou privado, inclusive mediante utilização de debêntures ou outros instrumentos conversíveis ou não em participação societária; (vi) realizar a contratação ou a execução de projeto, obra, serviço ou empreendimento; (vii) realizar a pesquisa, a lavra, o beneficiamento, a exploração, a produção e a industrialização, o escoamento e qualquer forma de aproveitamento econômico de substância mineral ou hidromineral, direta ou indiretamente; (viii) realizar a implantação e a operação de área industrial planejada destinadas à instalação e ao funcionamento de indústrias, empresas, ou atividades correlacionadas, respeitando os planos diretores; (ix) participar em empresas privadas dos setores minero siderúrgico e metalúrgico, com a qual mantenha parceria; (x) fomentar projetos nas áreas de ciência, tecnologia, pesquisa e inovação; (xi) desenvolver empreendimentos, cujas atividades incorporem novas tecnologias; (xii) contratar parceria público-privada, na forma da legislação pertinente; (xiii) proteger e preservar mananciais em estâncias minerais de que detenha a concessão; (xiv) construir e administrar, direta ou indiretamente, prédios e instalações relacionados com hotelaria e turismo, bem como promover programas, projetos e ações de apoio e incentivo ao turismo no Estado de Minas Gerais; (xv) realizar a gestão patrimonial dos bens imóveis do Estado de Minas Gerais, em conformidade com os convênios firmados em cada caso; (xvi) realizar operações visando o desenvolvimento de projetos e empreendimentos de empresas privadas com importância e relevância para a economia do Estado; (xvii) efetuar operação de captação de recursos financeiros no mercado interno ou internacional.

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Embora a Codemig mantenha em seu objeto social o desenvolvimento econômico do Estado de Minas Gerais, de acordo com a lei estadual 23.477/19, a Codemge possui prioridade na execução das atividades desenvolvidas elencadas acima, exceto por autorização legislativa e aprovação unânime dos acionistas da Codemig. Mais informações sobre a referida lei estadual na nota 1 (d).

(c) Sociedade em Conta de Participação da Codemig com a Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração – CBMM

O Grupo apresenta como principal fonte de recursos a participação em uma Sociedade em Conta de Participação (“SCP”) com a Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (“CBMM”) que visa explorar os direitos minerários detidos pela Codemig no município de Araxá – MG para exploração de nióbio.

Uma SCP é uma reunião de pessoas físicas ou jurídicas para a produção de um resultado comum, operando sob a responsabilidade integral de um “sócio ostensivo”, no caso, a CBMM. É o sócio ostensivo quem pratica todas as operações em nome da SCP, registrando-as contabilmente como se fossem suas, porém identificando-as para fins de partilha dos respectivos resultados. Os “sócios participantes” integrantes, que não o “sócio ostensivo”, não tem participação na gestão dos negócios da SCP, apenas nos resultados gerados, se obrigando somente perante ao sócio ostensivo. A SCP não adquire personalidade jurídica.

A Codemig, como “sócio participante”, reconhece 25% do resultado da SCP por equivalência patrimonial. Pelo fato das operações da SCP serem a principal fonte de recursos do Grupo, seus resultados são apresentados diretamente na receita líquida e, considerando que a periodicidade de distribuição dos resultados é contratualmente estabelecida para o início do mês subsequente à competência do resultado, a contrapartida se dá diretamente no contas a receber. Conforme definido em Escritura Pública, após a apuração do resultado contábil da SCP são feitos ajustes para determinação do montante que será recebido mensalmente pela Codemig como a distribuição de sua participação no resultado. Os ajustes realizados que impactarem a distribuição mensal dos resultados à Codemig são registrados como ativos ou passivos do Grupo contra a CBMM, conforme sua natureza.

Um relevante efeito patrimonial decorre da determinação de que a SCP distribua seus resultados sem considerar o impacto de imposto de renda e contribuição social registrados conforme a sua competência, mas sim conforme seu impacto de caixa (antecipações mensais). Dessa maneira a Codemig, usualmente, recebe da SCP mais recurso do que seu resultado contábil apurado. Conforme a Escritura Pública, a Codemig deverá devolver a parcela adicional recebida decorrente desses efeitos de tributação no momento em que a SCP é requerida a pagar os tributos sobre o lucro apurados no ajuste anual pelo lucro real (atualmente em janeiro do exercício subsequente à apuração). O saldo em aberto pode ser acompanhado na nota 16.

Como efeito da devolução de recursos recebidos da SCP que acima do seu resultado por competência - decorrentes do imposto de renda e contribuição social da SCP não antecipados - a Codemig resgatou diversas aplicações para liquidar esse saldo de contas a pagar em aberto com a CBMM. Em janeiro de 2022 foram devolvidos à CBMM R\$651.810 para quitação do IR/CS da SCP de 2021 (R\$349.749 em janeiro 2021 referente ao IR/CS da SCP de 2020), conseqüentemente reduzindo seu caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários de alta liquidez.

A Escritura Pública que estabelece a SCP com a CBMM também introduziu a criação da Companhia Mineradora do Pirocloro de Araxá - COMIPA, para qual Codemig e CBMM arrendaram seus direitos minerários e cuja atividade única é a lavra do nióbio na região de Araxá/MG e a venda do minério

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

extraído. De acordo com a Escritura Pública e com o Estatuto Social da COMIPA, sua atividade exploratória possui como única cliente a SCP, conduzida pela sócia ostensiva CBMM. A Escritura Pública é de 1972 e tem prazo de vigência contratual de 30 anos, renováveis por outros 30. Em 2002 houve uma primeira renovação, que se encontra atualmente em vigor, e portanto sua vigência vai até 2032.

(d) Projeto de lei de privatização da Codemig

Em outubro de 2019, foi enviado pelo Governo de Minas à ALMG o PL 1.203/19 que autoriza a privatização e outras formas de desestatização da Codemig mediante i) alienação de ações de controle acionário, ii) abertura de capital, iii) aumento de capital com renúncia ou cessão, total ou parcial de direitos de subscrição, iv) alienação, arrendamento, locação, comodato ou cessão de bens e instalações, v) dissolução ou desativação parcial de seus empreendimentos, com a possibilidade de alienação de ativos, vi) extinção ou cisão, vii) concessão, parceria público-privada, permissão ou autorização de serviços públicos e viii) outros institutos legais que se fizerem necessários. Tal projeto também autoriza o Estado a aplicar os recursos advindos da alienação no pagamento do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores públicos estaduais.

A administração do Grupo está acompanhando as movimentações que tramitam na ALMG do projeto de lei 1.203/19. O envolvimento do Grupo no andamento do mesmo e de esclarecimento de dúvidas que por ventura o legislativo venha a apresentar.

(e) Política Estadual de Desestatização – PED

Foi publicado, no dia 27 de novembro de 2019, pelo Governo de Minas Gerais o Decreto nº 47.766, que institui a Política Estadual de Desestatização (PED). O objetivo principal é concentrar a atuação do Estado em atividades de relevante interesse coletivo, buscando a reestruturação do setor público e o equilíbrio fiscal. Ou seja, transferindo atividades antes controladas direta ou indiretamente pelo Estado para a iniciativa privada.

O decreto estabelece como objeto de desestatização, além de outros, empresas controladas direta ou indiretamente pelo Estado, como é o caso da Codemge e da Codemig. Cita também as modalidades de desestatização, sendo elas: privatização, desinvestimento, desmobilização de ativos e delegação.

Com a publicação, foi criado o Conselho Mineiro de Desestatização (CMD), composto pelo vice-governador, os secretários de Estado de Desenvolvimento Econômico, de Governo, de Fazenda, de Planejamento e Gestão, de Infraestrutura e Mobilidade e o consultor-geral de Técnica Legislativa. O objetivo do Conselho é recomendar ao Governador projetos para integrar ao PED, bem como definir prioridades e o planejamento para viabilizar as desestatizações.

De acordo com o decreto, as empresas públicas e as sociedades de economia mista controladas pelo Estado, incluídas na PED, terão sua estratégia voltada para atender aos objetivos da desestatização. Desse modo, o Grupo empenha-se em organizar as operações da Codemge e Codemig em atendimento ao PED e às diretrizes do CMD, embora nenhuma medida de descontinuidade de operações tenha sido aprovada ou esteja planejada na data de emissão dessas demonstrações financeiras.

(f) Incorporação CODEPAR

Em 2020, houve uma reorganização societária em que a Codemge incorporou sua subsidiária integral, a Codepar, nos termos do Protocolo e Justificação de Incorporação, aprovado em reuniões do Conselho de Administração realizadas em 31 de janeiro de 2020 e Assembleia Geral de ambas as companhias

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

realizadas em 18 de fevereiro de 2020. Foram incorporados todos os elementos ativos e passivos da Codepar, além de suas atividades operacionais pela Codemge.

A incorporação faz parte de um processo de reorganização, por meio da consolidação das atividades da Codepar na Codemge, cujos objetivos foram a simplificação e racionalização da estrutura societária e operacional do Grupo, bem como a redução de custos financeiros, operacionais, logísticos e de manutenção de sistemas.

Considerando que a Codepar era uma subsidiária integral controlada pela Codemge e de que se trata de uma reorganização societária entre empresas de controle comum, não houve impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, sem qualquer impacto financeiro para o Grupo ou no capital social da Codemge.

O acervo líquido da Codepar incorporado à Codemge na data da efetivação da incorporação contábil está composto como abaixo:

Ativo	29/02/2020	Passivo	29/02/2020
Circulante		Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	60	Tributos a recolher	48
Dividendos e JCP a receber	4.755		
Impostos e contribuições a recuperar	28	Total do passivo circulante	48
Total do ativo circulante	4.843	Não circulante	
Não circulante		Contas a pagar	711
Títulos e valores mobiliários	14.592	Total do passivo não circulante	711
Impostos e contribuições a recuperar	416	Patrimônio líquido	
Instrumentos financeiros patrimoniais	120.059	Capital social	387.057
Investimentos	231.024	Ajustes de avaliação patrimonial	17.436
Imobilizado	484	Prejuízos acumulados	(33.834)
Total do ativo não circulante	366.575	Total do patrimônio líquido	370.659
Total do ativo	371.418	Total do passivo e patrimônio líquido	371.418

(g) COVID-19

A administração permanece diligente no trabalho de avaliação e está trabalhando no contingenciamento orçamentário para manter a liquidez e solvência do Grupo no período.

Na Codemig, não houve impactos significativos decorrentes da atividade da SCP com a CBMM, observado pelo incremento no resultado apurado do exercício de 2021. Os impactos significativos concentram-se na Codemge, em que são executadas a maior parcela das atividades do Grupo.

O Grupo identificou os seguintes impactos no período a que se referem essas demonstrações financeiras:

(i) Terminal Rodoviário de Belo Horizonte

A receita do Terminal Rodoviário Governador Israel Pinheiro (TERGIP) vem se normalizando com a redução das medidas restritivas contra a Covid-19, mas considerando o exercício findo em 31 de

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

dezembro, ainda se observa a efetivação de apenas 65% das receitas esperadas no orçamento empresarial.

(ii) Arrendamentos

Os ativos geridos e arrendados do Grupo vinculados à área de hotelaria e turismo tiveram impactos consideráveis devido às diversas restrições de funcionamento estabelecidas a fim de conter o avanço do coronavírus. Com o relaxamento das medidas sanitárias em 2021, ocorreu uma retomada da receita, superando em 20% o faturamento no mesmo período de 2020. Os ativos geridos vinculados à eventos iniciaram a retomada de receita em dezembro de 2021.

Importante destacar que ocorreram suspensões contratuais e aditivos de reequilíbrio econômico a fim de compartilhar os impactos financeiros negativos entre as partes envolvidas nos contratos de arrendamento. Esses impactos geraram uma redução no faturamento, para o ano de 2021, em aproximadamente R\$17.830 para a Codemge e R\$18.052 para o Grupo. A abertura do valor por imóvel está apresentada a seguir:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Expominas BH	13.413	13.413
Minascentro	2.982	2.982
Grande Hotel de Araxá	1.391	1.391
Outros	44	266
	<u>17.830</u>	<u>18.052</u>

(iii) Colaboradores

Seguindo as primeiras recomendações da Organização Mundial de Saúde, do Ministério da Saúde e da Secretaria Estadual de Saúde de Minas Gerais quanto às medidas de prevenção ao contágio e de enfrentamento e contingenciamento à pandemia de covid-19, a administração da Codemge deliberou uma série de medidas, dentre elas a “adoção de regime especial de teletrabalho aos funcionários” ainda em 17 de março de 2020, finalizando-o em 31 de agosto de 2021. Após esse período, foi ofertado aos funcionários a adesão ao regime permanente de teletrabalho, com a presença física na empresa limitada a dois dias por semana. Aos funcionários que não aderiram ao teletrabalho, o retorno presencial ocorreu a partir do dia 01 de setembro de 2021.

(h) **Aprovação das demonstrações financeiras**

A emissão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Codemge foi aprovada pela administração do Grupo em 19 de abril de 2022.

2 **Base de preparação**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”) que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e referendados pelo Conselho Federal de Contabilidade por meio das Normas Brasileiras de Contabilidade.

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As demonstrações financeiras compreendem as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na nota 2.5.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, e em alguns casos, certos ativos e passivos financeiros são ajustados para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o período de julgamento por parte da administração do Grupo no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas nas notas 2.6 e 2.7.

A administração, durante o seu processo decisório e de análise da operação, não distingue os segmentos de negócio que compõem o Grupo. Considerando seu papel essencial como fomentador de atividades econômicas no Estado de Minas Gerais, logo seus resultados operacionais não influenciam os recursos que serão alocados em cada segmento e sua avaliação de desempenho.

2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

As seguintes alterações de norma foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2021:

- **Reforma da taxa de juros de referência (IBOR):** Fase 2: alterações ao IFRS 9/CPC 48, IAS 39/CPC 38 e IFRS 7/CPC 40 - "Instrumentos Financeiros", ao IFRS 16/CPC 06(R2) - Arrendamentos, ao IFRS 4/CPC 11 "Contratos de Seguros";
- **Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento:** alterações ao IFRS 16/CPC 06(R2) "Arrendamentos": prorrogação da aplicação do expediente prático de reconhecimento das reduções obtidas pela Companhia nos pagamentos dos arrendamentos diretamente no resultado do exercício e não como uma modificação de contrato, até 30 de junho de 2022.

As alterações mencionadas acima não geraram impactos materiais para o Grupo.

2.2 Bases de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2021. O controle é obtido quando o Grupo estiver exposto ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida.

Especificamente, o Grupo controla uma investida se, e apenas se, tiver:

- poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida);

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- exposição ou direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida; e
- a capacidade de usar seu poder em relação à investida para afetar os resultados.

Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a essa presunção e quando o Grupo tiver menos da maioria dos direitos de voto ou semelhantes de uma investida, o Grupo considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive:

- o acordo contratual com outros detentores de voto da investida;
- direitos originados de acordos contratuais; e
- os direitos de voto e os potenciais direitos de voto do Grupo.

O Grupo avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle. A consolidação de uma controlada tem início quando o Grupo obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando o Grupo deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver controle até a data em que o Grupo deixar de exercer o controle sobre a controlada.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas controladores e aos não controladores do Grupo, mesmo se isso resultar em prejuízo aos acionistas não controladores. Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações financeiras das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis do Grupo. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros do Grupo, são totalmente eliminados na consolidação.

A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial.

Se o Grupo perder o controle exercido sobre uma controlada, é dada baixa nos correspondentes ativos (inclusive ágio), passivos, participação de não controladores e demais componentes patrimoniais, ao passo que qualquer ganho ou perda resultante é contabilizado no resultado.

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo incluem apenas a Codemig, conforme apresentado abaixo:

Investidas	Principal atividade	% participação	
		2021	2020
Controladas			
CODEMIG – Cia Desenvolvimento Econômico de MG	Invest.na SCP com CBMM	51	51

2.3 Investimentos

(a) Coligadas

Coligada é uma entidade sobre a qual o Grupo exerce influência significativa. Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre políticas operacionais da investida, não sendo, no entanto, controle ou controle conjunto sobre essas políticas.

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os investimentos do Grupo em suas coligadas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento em uma coligada é reconhecido inicialmente ao custo. O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação do Grupo no patrimônio líquido da coligada a partir da data de aquisição.

A demonstração do resultado reflete a participação do Grupo nos resultados operacionais das coligadas. Eventual variação em outros resultados abrangentes dessas investidas é apresentada como parte de outros resultados abrangentes do Grupo. Adicionalmente, quando houver variação reconhecida diretamente no patrimônio da coligada, o Grupo reconhecerá sua participação em quaisquer variações, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Ganhos e perdas não realizados em decorrência de transações entre o Grupo e as coligadas são eliminados em proporção à participação na respectiva coligada.

As demonstrações financeiras das coligadas são elaboradas para o mesmo período de divulgação do Grupo ou a defasagem máxima entre as datas de encerramento das demonstrações da coligada e do Grupo não será superior a dois meses. Quando necessário, são feitos ajustes para que as práticas contábeis fiquem alinhadas com as do Grupo.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, o Grupo determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento do Grupo em suas coligadas. O Grupo determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento nas coligadas sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, o Grupo calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável das coligadas e o valor contábil e reconhece a perda na rubrica “Resultado com participações societárias”, na demonstração do resultado.

Ao perder influência significativa sobre a coligada, o Grupo mensura e reconhece qualquer investimento retido ao valor justo na rubrica do ativo instrumentos financeiros patrimoniais. Eventual diferença entre o valor contábil da coligada, no momento da perda de influência significativa, e o valor justo do investimento retido e dos resultados da alienação serão reconhecidos no resultado.

(b) **Ágio**

O ágio (*goodwill*) resulta da aquisição de participação em coligadas e representa o excesso da contraprestação transferida se comparado à participação no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da investida. Caso o total da contraprestação transferida seja menor do que a participação no valor justo dos ativos líquidos da coligada adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Quadro resumo das controladas e coligadas e participações

Nos exercícios apresentados o Grupo detinha participação nos seguintes investimentos:

Investidas (nota 13.2)	Principal atividade	% participação	
		2021	2020
Controladas			
CODEMIG – Cia Desenvolvimento Econômico de MG	Invest.na SCP com CBMM	51	51
Coligadas			
COMIPA – Cia. De Mineração Pirocloro de Araxá	Mineração de nióbio	51	51
IAS – Indústria de Aviação e Serviços	Mecânica aeroespacial	15	15
Helibrás – Helicópteros do Brasil	Aeroespacial	16	16
Datora Participações	Telecomunicações	23	23
BiotechTown	Biotecnologia	50	49
Companhia Brasileira de Lítio – CBL	Mineração de lítio e produção de compostos químicos	33	33
SCP Água Mineral	Envase e comercialização de água mineral	50	50
Instrumentos financeiros patrimoniais (nota 13.1)	Principal atividade	% participação	
		2021	2020
BDMG	Banco de desenvolvimento controlado pelo Governo de Estado de Minas Gerais	8	8
FIP Aerotec	Aeroespacial e manufaturas aditivas e avançadas	91	91
FIP Seed4Science	Capital semente em biotecnologia, nanotecnologia, internet das coisas e materiais avançados	9	9
FIP Biotec e ciências da vida	Biotecnologia e ciências da vida	53	61
Funcine	Indústria cinematográfica	100	100

2.4 Classificação corrente versus não corrente

O Grupo apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante/não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal;
- for mantido principalmente para negociação;
- se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou
- caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quando à sua troca ou seja utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

Um passivo é classificado no circulante quando:

- se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal;
- for mantido principalmente para negociação;
- se espera liquidá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

O Grupo classifica todos os demais passivos no não circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

2.5 Resumo das principais práticas contábeis

(a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor

(b) Ativos financeiros

(b.1) Reconhecimento e mensuração

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo acrescido, desde que não seja um item mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

Para todos os ativos financeiros que rendem juros a receita é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

(b.2) Classificação de ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado por custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes - VJORA ou valor justo por meio do resultado - VJR.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir:

- o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e
- os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Um ativo financeiro é mensurado no VJORA somente se satisfizer ambas as condições a seguir:

- o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e
- os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao VJR.

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Além disso, no reconhecimento inicial, o Grupo pode irrevogavelmente designar um ativo financeiro, que satisfaça os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, ao VJORA ou mesmo ao VJR. Essa designação possui o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descasamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo.

(b.3) Redução ao valor recuperável

O Grupo aplica a abordagem simplificada para registrar provisões para perdas estimadas de crédito conforme estabelecido pelo CPC 48, permitindo o uso da provisão de perda esperada ao longo da vida útil para todas as contas a receber e ativos relacionados a contratos com clientes.

O monitoramento do risco de crédito dos clientes é efetuado trimestralmente considerando opinião de empresas especializadas sobre as áreas de atuação do Grupo, dados históricos e avaliação do desempenho financeiro de clientes, principalmente a SCP. Considerando a CBMM como seu principal cliente, ressalta-se que tal avaliação não registrou qualquer saldo de perdas esperadas do contas a receber junto a CBMM. Para os demais contas a receber, o Grupo avaliou, por meio das metodologias de avaliação disponíveis retro mencionadas, e possui um *impairment* do contas a receber de R\$15.383 (R\$13.080 em dezembro de 2020), dos quais R\$8.885 já estavam reconhecidos pela Codemig anteriormente à Cisão. Outros detalhes sobre o cálculo da estimativa estão na nota 2.7 (b) e na nota 7.

No que se refere ao caixa e equivalentes de caixa, também sujeitos aos requisitos de *impairment* do CPC 48, a perda de valor recuperável identificada foi imaterial.

(c) Estoque de imóveis a comercializar

Representam terrenos e edificações com intenção de venda pelo Grupo. Estão registrados pelo seu custo de aquisição e na medida em que são alienados compõem o resultado nos custos de imóveis vendidos na parcela do custo que foi alienada. Tais ativos são representados substancialmente pelos distritos industriais advindos da incorporação da Companhia de Distritos Industriais de Minas Gerais – CDI no momento de criação da Codemig, e posteriormente cindidos da Codemig na criação da Codemge.

São avaliados ao custo histórico ou valor líquido realizável, dos dois o menor. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão, se em andamento, e os custos estimados necessários para a realização da venda.

A política de provisão para redução ao valor recuperável considera a intenção da administração de venda dos terrenos e distritos industriais. Quando não há intenção de comercialização, o valor contábil do ativo é integralmente provisionado para perda. Somente há reversão do valor provisionado quando é realizada venda ou doação pelo Grupo.

(d) Depósito judicial

Os depósitos judiciais são aqueles que se promovem em juízo em conta bancária vinculada a processo judicial, sendo realizados em moeda corrente e com o intuito de garantir a liquidação de potencial obrigação futura. O Grupo, por possuir depósitos judiciais vinculados à aquisição de ativos (processos de desapropriação), não atualiza o saldo da substancialidade dos depósitos judiciais considerando que, de maneira que na hipótese de aquisição do ativo, o valor do custo de aquisição seja o custo histórico (desembolso efetivo). Os demais depósitos judiciais são atualizados monetariamente.

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) Contas a receber

Os recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis e não cotados em um mercado ativo. Os recebíveis do Grupo são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, deduzidas por eventuais perdas por redução ao valor recuperável. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

(f) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A administração revisa o valor contábil líquido dos ativos em conformidade com a política do Grupo, podendo ser avaliado em período menor que um exercício caso sejam identificados indicativos internos ou externos que impactem na sua mensuração. Anualmente é feita uma avaliação interna do Grupo, como determinado pela sua política, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, o Grupo revisa o valor recuperável do ativo individual ou da unidade geradora de caixa que tal ativo faz parte, e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior valor entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

(i) Ativos imobilizados

Os ativos imobilizados são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável periodicamente, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, a fim de que sejam registradas as perdas de valor do capital aplicado quando comprovado que não poderão produzir resultados suficientes para recuperação desse valor.

Considerando a Política de desestatização e a mudança da sua diretriz de negócios, o Grupo contratou empresas especializadas para realizar a avaliação dos seus ativos, o que resultou na constituição de provisão para perdas por redução ao valor recuperável.

Em 2021, foram registrados os valores de R\$85.337 na controladora e R\$ 434.531 no consolidado, classificados como provisão para perda por redução ao valor recuperável no grupo de “Despesas gerais e administrativas” (R\$23.314 em 2020). Para maiores detalhes, vide nota 14.

(ii) Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente, com periodicidade específica à cada investimento, ou quando circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

(iii) Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente, realizado em época do ano específica à cada ativo, mas no mesmo período do ano anterior, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 2021, foi o registrado o valor de R\$ 19.819 classificado como provisão para perda por redução ao valor recuperável com custos com desenvolvimento, estando classificado como “Despesas gerais e administrativas” (R\$ 2.998 em 2020).

(g) Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e também pode incluir transferências do patrimônio de quaisquer ganhos/perdas de *hedge* de fluxo de caixa qualificados como referentes à compra de imobilizado em moeda estrangeira. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

Prédios e benfeitorias	26 a 80 anos
Equipamentos operacionais	5 a 10 anos

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido de venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos em conformidade com a política do Grupo, e pode ser avaliado em período menor que um exercício caso sejam identificados indicativos internos ou externos que impactem na vida útil do bem. Havendo alteração da vida útil esta é ajustada de forma prospectiva.

(h) Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento reconhecidos como ativo, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

Custos de pesquisa e desenvolvimento

Os gastos com pesquisas são registrados como despesas quando incorridos, e os gastos com desenvolvimento vinculados a inovações tecnológicas dos produtos existentes são capitalizados, se tiverem viabilidade tecnológica e econômica, e amortizados pelo período esperado de benefícios dentro do grupo de despesas operacionais.

Os custos de desenvolvimento de um projeto específico são reconhecidos como ativo intangível sempre que se puder demonstrar: (a) a viabilidade técnica de concluir o ativo intangível da forma que estará disponível para uso ou venda; (b) a intenção de concluir o ativo e a habilidade de usar ou vender o ativo; (c) como o ativo gerará benefícios econômicos futuros; (d) a disponibilidade de recursos para concluir o ativo; e (e) a capacidade de avaliar de forma confiável os gastos incorridos durante a fase de desenvolvimento.

Após o reconhecimento inicial, o ativo é apresentado ao custo menos amortização acumulada e perdas de seu valor recuperável. A amortização é iniciada quando o desenvolvimento é concluído e o ativo encontra-se disponível para uso, pelo período dos benefícios econômicos futuros.

(i) Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(j) Benefícios pós-emprego

O Grupo patrocina o plano CODEMIG PREV, administrado e executado pela Fundação Libertas de Seguridade Social – LIBERTAS, estruturado na modalidade de contribuição definida, o qual requer que contribuições sejam feitas a fundos administrados separadamente dos fundos próprios do Grupo. O referido plano foi aprovado pelo órgão governamental competente em 1º de outubro de 2013, tendo seu início operacional ocorrido em 1º de novembro de 2013.

Todos os benefícios oferecidos pelo plano CODEMIG PREV estão estritamente ligados ao saldo de contas acumulado pelo participante, em virtude das contribuições vertidas por estes e pela Codemge (patrocinadora).

Tendo em vista que a modalidade do plano de benefícios é contribuição definida, o reconhecimento da obrigação deste plano é direto, não sendo necessário realizar cálculos, devendo as contribuições realizadas no exercício serem reconhecidas como despesas com pessoal. O valor que o Grupo contribuiu para o plano no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$2.590 (R\$2.600 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020). As contribuições do Grupo para planos de benefícios de contribuição definida são debitadas à demonstração de resultados no período a que as contribuições se referem.

(k) Reconhecimento de receita

A receita, após adoção do CPC 47, é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituiu o princípio de riscos e benefícios.

Para o reconhecimento da receita, o Grupo adotou os seguintes procedimentos:

- (a) identificação do contrato com o cliente;
- (b) identificação das obrigações de desempenho no contrato;
- (c) determinação do preço da transação;
- (d) alocação do preço da transação; e por fim,
- (e) reconhecimento da receita quando (ou conforme) a obrigação de desempenho for cumprida.

Participação na SCP com a CBMM

A receita é reconhecida, conforme contrato firmado entre a Codemig e a CBMM, quando o direito da Codemig de receber o pagamento decorrente do lucro sobre a operação da SCP for mensurado e informado pela CBMM, sócia ostensiva da SCP, o que ocorre usualmente em bases mensais.

O contrato que constitui a SCP ainda determina que o pagamento dos tributos sobre o lucro ocorra apenas no momento da sua exigibilidade, que é pago em sua substancialidade pela CBMM em janeiro do exercício seguinte a sua apuração. A fim de fazer a representação fidedigna do resultado da SCP os tributos sobre o lucro da SCP são reconhecidos no momento em que incorrem, e reduzem o valor da receita bruta da SCP. Para conciliação da receita da SCP e seus tributos incidentes na SCP, vide nota 23.

Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A receita de juros de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado é incluída nos ganhos/(perdas) líquidos de valor justo com esses ativos. A receita de juros de ativos financeiros ao custo amortizado e ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes calculada utilizando o método da taxa de juros efetiva é reconhecida na demonstração do resultado como parte da receita financeira de juros.

A receita financeira é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto de um ativo financeiro exceto para ativos financeiros que, posteriormente, estejam sujeitos à perda de crédito. No caso de ativos financeiros sujeitos à perda de crédito, a taxa de juros efetiva é aplicada ao valor contábil líquido do ativo financeiro (após a dedução da provisão para perdas).

(I) Tributos sobre a renda

(i) Imposto de renda e contribuição social

Ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de impostos e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço no país em que o Grupo opera e gera receita tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

(ii) Tributos diferidos

Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Tributo diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- quando o tributo diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, tributos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos tributos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Tributos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

O Grupo, na revisão de seus ativos fiscais diferidos decorrentes de sucessivos prejuízos fiscais, entende que existem riscos relevantes de não materialização de um cenário de reversão da situação fiscal no curto prazo, de maneira que a administração não acredita que esse cenário se concretize. Por consequência, o ativo gerado de tal benefício fiscal não se encontra apresentado em suas demonstrações.

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Tributos diferidos ativos e passivos são mensurados à alíquota dos tributos que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas tributárias (e lei tributária) em vigor na data do balanço.

(m) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual o Grupo atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Grupo e, também, sua moeda de apresentação.

(n) Alteração de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2021. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- **Alteração ao IAS 16 "Ativo Imobilizado"**: em maio de 2020, o IASB emitiu uma alteração que proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º de janeiro de 2022.
- **Alteração ao IAS 37 "Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes"**: em maio de 2020, o IASB emitiu essa alteração para esclarecer que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º de janeiro de 2022.
- **Alteração ao IFRS 3 "Combinação de Negócios"**: emitida em maio de 2020, com o objetivo de substituir as referências da versão antiga da estrutura conceitual para a mais recente. A alteração ao IFRS 3 tem vigência de aplicação a partir de 1º de janeiro de 2022.
- **Aprimoramentos anuais - ciclo 2018-2020**: em maio de 2020, o IASB emitiu as seguintes alterações como parte do processo de melhoria anual, aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2022:
 - (i) IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" - esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para a baixa de passivos financeiros.
 - (ii) IFRS 16 - "Arrendamentos" - alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado.
 - (iii) IFRS 1 "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros" - simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais.
 - (iv) IAS 41 - "Ativos Biológicos" - remoção da exigência de excluir os fluxos de caixa da tributação ao mensurar o valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas, alinhando assim as exigências de mensuração do valor justo no IAS 41 com as de outras normas IFRS.
- **Alteração ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis"**: emitida em maio de 2020, com o objetivo esclarecer que os passivos são classificados como circulantes ou não circulantes, dependendo dos direitos que existem no final do período. A classificação não é afetada pelas

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

expectativas da entidade ou eventos após a data do relatório (por exemplo, o recebimento de um *waiiver* ou quebra de *covenant*). As alterações também esclarecem o que se refere "liquidação" de um passivo à luz do IAS 1. As alterações do IAS 1 tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

- **Alteração ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis:** em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou a "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements" para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.
- **Alteração ao IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro:** a alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.
- **Alteração ao IAS 12 - Tributos sobre o Lucro:** a alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo.

(o) Arredondamentos de valores

Todos os valores divulgados nas demonstrações financeiras e notas foram arredondados com a aproximação de milhares de reais, salvo indicação contrária.

2.6 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, estão demonstradas a seguir:

(a) Taxas de vida útil do ativo imobilizado

A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear de acordo com a vida útil dos bens. A vida útil é baseada em laudos de empresas contratadas e especialistas do Grupo, que são revisados regularmente. A administração acredita que a vida útil esteja corretamente avaliada e apresentada nas demonstrações financeiras.

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Custos de desenvolvimento

Custos de desenvolvimento são capitalizados de acordo com a prática contábil descrita na nota 2.5 (h). A capitalização inicial de custos é baseada no julgamento da administração de que a viabilidade tecnológica e econômica será confirmada, geralmente quando um projeto de desenvolvimento de produto tenha alcançado um determinado ponto seguindo um modelo estabelecido de gestão de projeto. Ao determinar os valores a serem capitalizados, a administração adota premissas sobre a geração futura de caixa esperada do projeto, taxas de desconto a serem aplicadas e o período esperado dos benefícios. Em 31 de dezembro de 2021, o valor contábil dos custos de desenvolvimento capitalizados era de R\$19.207 (R\$35.287 em 31 de dezembro de 2020). Vide nota 15.

(c) Provisões para riscos litigiosos

O Grupo reconhece provisão para causas litigiosas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquias das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos especialistas internos e externos.

(d) Perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros

(i) Investimentos

A metodologia utilizada para o teste de *impairment* foi a de fluxo de caixa descontado. O teste consiste na análise de expectativa de retorno do investimento através da geração de caixa, avaliando os resultados apurados da investida e as projeções de orçamentos dos anos futuros disponibilizados pela administração da investida.

Foram consideradas como premissas-chaves as projeções fornecidas pelas investidas considerando o mercado de atuação de cada investida, bem como expectativas de crescimento de receita. Importante reforçar que as premissas utilizadas foram consideradas aderentes à realidade de cada negócio. Essas premissas relativas às projeções operacionais refletem as perspectivas da própria investida. Para cálculo do fluxo de caixa descontado foi calculado um WACC (taxa de desconto do fluxo de caixa) para cada investida. Como parte do WACC foi utilizada a metodologia de CAPM para cálculo do custo de capital próprio. Importante reforçar que possíveis impactos da pandemia COVID-19 e variações cambiais foram consideradas nas premissas. Vide nota 13.2.

(ii) Ativos imobilizados

O reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável dos ativos imobilizados está em consonância com a nota 2.5 (f).

Os testes de valor recuperável dos ativos foram realizados por empresas especializadas considerando os métodos de comparação direta ou método evolutivo para determinação do valor justo líquido de despesa de venda, estando em linha com as normas aceitas.

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.7 Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a administração faça julgamentos críticos e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Os principais julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis estão apresentados a seguir:

(a) Tributos diferidos

Tributo diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do tributo diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscais futuras.

Em 31 de dezembro de 2021, após apurar novo prejuízo fiscal, a Companhia conta com um prejuízo fiscal acumulado de R\$ 564.063 (R\$ 485.041 em 31 de dezembro de 2020) e base negativa acumulada de R\$ 564.063 (R\$ 485.041 em 31 de dezembro de 2020). O Grupo apresenta saldo de prejuízo fiscal acumulado de R\$ 1.197.306 (R\$ 1.117.524 em 31 de dezembro de 2020) e saldo consolidado de base negativa acumulada de 1.203.774 (R\$ 1.123.992 em 31 de dezembro de 2020). Caso o Grupo tivesse uma expectativa de lucro fiscal nos exercícios futuros, um ativo diferido seria reconhecido na proporção de 34% do prejuízo fiscal e da base negativa acumulados na data do reconhecimento, limitado a 30% dos lucros fiscais esperados, conforme regra do benefício fiscal vigente.

Dessa maneira a administração julgou que tais ativos diferidos não deveriam ser reconhecidos.

A ausência de expectativa de resultado tributável futuro deve-se ao fato de que a principal receita da Codemge é decorrente de sua participação societária na Codemig, que conseqüentemente, é excluída para fins de apuração do lucro real da Companhia. Analisando as despesas apuradas pela Codemge ao longo deste período, a administração julgou não haver expectativa de lucro fiscal futuro.

(b) Avaliação do risco de crédito da CBMM

Baseado em relatório de especialistas de crédito, no histórico de 48 anos do contrato de SCP com a CBMM e no desempenho financeiro recente da SCP, a administração julgou que o risco de crédito do contas a receber é irrelevante e conseqüentemente, embora entenda que conceitualmente o saldo de *impairment* devesse apresentar uma perda estimada nos termos do CPC 48, a perda a ser registrada é imaterial no contexto destas demonstrações financeiras.

3 Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

O Grupo participa de operações envolvendo ativos e passivos financeiros com o objetivo de gerir os recursos financeiros disponíveis gerados pelas operações. Os riscos associados a estes instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A avaliação destes ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado é efetuada por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como conseqüência, as estimativas apresentadas podem divergir se utilizadas hipóteses e metodologias diferentes.

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O Grupo não aplica seus recursos em derivativos, ou em quaisquer outros ativos de risco.

Conforme descrito a seguir, o Grupo está exposto a diversos riscos financeiros inerentes à natureza de suas operações: risco de liquidez e risco de crédito (concentração).

(a) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade do Grupo não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função de diferença dos prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. O controle da liquidez e do fluxo de caixa do Grupo é monitorado diariamente pela área financeira, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para o Grupo.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros do Grupo por faixas de vencimento:

	Controladora				
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
Em 31 de dezembro 2021					
Contas a pagar	8.413	-	-	-	8.413
Contas a pagar com partes relacionadas	31.644	12.385	-	-	44.029
Adiantamentos e cauções recebidos	2.837	-	-	-	2.837
Em 31 de dezembro de 2020					
Contas a pagar	2.034	-	-	-	2.034
Contas a pagar com partes relacionadas	12.846	12.385	37.155	-	62.386
Adiantamentos e cauções recebidos	3.315	-	-	-	3.315
Operações de arrendamento mercantil	442	1.542	4.991	8.574	15.549
					Consolidado
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
Em 31 de dezembro 2021					
Contas a pagar	691.617	26.776	26.469	4.466	749.328
Adiantamentos e cauções recebidos	33.779	50.799	74.186	12.917	171.681
Dividendos a pagar	30.727	-	-	-	30.727
Em 31 de dezembro de 2020					
Contas a pagar	393.883	48.474	68.581	21.360	532.298
Adiantamentos e cauções recebidos	10.334	12.385	111.005	51.666	185.390
Operações de arrendamento mercantil	442	1.542	4.991	8.574	15.549
Dividendos a pagar	110.273	-	-	-	110.273

(b) Risco de crédito - concentração

O risco de crédito está associado primariamente à operação da SCP em conjunto com a CBMM. A substancialidade dos recursos do Grupo é oriunda dessa operação e repassada pela CBMM, fato que gera um risco de concentração. Não há nenhum histórico de perdas registradas em contas a receber desde a constituição da Codemig derivados dessa operação.

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Com relação ao caixa e equivalentes de caixa, os mesmos apresentam baixo risco de crédito, tendo em vista que a maioria das aplicações é de liquidez diária e estão distribuídas entre instituições bancárias e financeiras sólidas, no julgamento da administração, sob a regra de 30% de concentração máxima de recursos em uma única instituição. A política de aplicação do Grupo considera os princípios da boa governança, com vistas a obter o melhor nível de retorno em operações de baixo risco e sem carência ou com prazo de carência curto, tendo em vista o perfil de investimento conservador do Grupo e sua necessidade de liquidez.

(c) Risco cambial

O Grupo não possui operações, ativos ou passivos em moeda estrangeira, e por consequência, não está exposto ao câmbio e suas oscilações. A SCP, por sua vez, possui operações em moeda estrangeira e seus impactos de câmbio impactam o Grupo eventualmente através do reconhecimento da equivalência patrimonial da SCP na Codemig. As regras de distribuição do resultado da SCP desconsideram o principal fato gerador do efeito de variação cambial, os PPEs, e seus efeitos são refletidos na distribuição do resultado apenas no momento da liquidação dos passivos em moeda estrangeira pela SCP.

(d) Análise de sensibilidade

Apresentamos a seguir os impactos que seriam gerados por mudanças nas variáveis de riscos pertinentes às quais o Grupo está exposto no final do período. A taxa básica de juros, em 31 de dezembro de 2021 era de 9,25%. Pela alta correlação do CDI com a taxa básica de juros, para efeitos dessa análise de sensibilidade, o mesmo foi considerado como 100% dessa taxa. Na taxa atual do IPCA, utilizamos o IPCA acumulado de 12 meses findos em 31 de dezembro de 2021.

O Grupo fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos seus resultados para os próximos 12 meses, dos investimentos indexados ao CDI e ao IPCA, advindos de uma variação de 25% e 50% da variação esperada dos riscos pertinentes aos quais a Companhia está exposta.

	Controladora				
	Saldo contábil	Nocional	Média ponderada do % dos indicadores da carteira atual	Taxa / cotação atual	Taxa / cotação esperada
Ativo					
Indexador CDI					
Aplicações financeiras	99.566	99.566	103%	9,25%	11,48%
Letras financeiras	10.784	10.784	100%	9,25%	11,48%
Debêntures	17.466	17.466	100%	9,25%	11,48%
Indexador IPCA					
Aplicações financeiras	-	-	100%	10,06%	5,22%
Debêntures	6.039	6.039	100%	10,06%	5,22%
Cenários					
	Provável	+25%	+50%	-25%	-50%
CDI					
Aplicações financeiras	11.719	14.649	17.579	8.789	5.860
Letras financeiras	1.237	1.546	1.856	928	619
Debêntures	2.004	2.505	3.006	1.503	1.002
IPCA					
Aplicações financeiras	-	-	-	-	-
Debêntures	315	394	473	236	158

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado				
	Saldo contábil	Nocional	Média ponderada do % dos indicadores da carteira atual	Taxa / cotação atual	Taxa / cotação esperada
Ativo					
Indexador CDI					
Aplicações financeiras	672.475	672.475	107%	9,25%	11,48%
Letras financeiras	182.549	182.549	116%	9,25%	11,48%
Debêntures	22.540	22.540	104%	9,25%	11,48%
Indexador IPCA					
Aplicações financeiras	4.803	4.803	100%	10,06%	5,22%
Debêntures	17.845	17.845	100%	10,06%	5,22%
					Cenários
	Provável	+25%	+50%	-25%	-50%
CDI					
Aplicações financeiras	82.346	102.933	123.519	61.760	41.173
Letras financeiras	24.207	30.259	36.311	18.155	12.104
Debêntures	2.685	3.356	4.028	2.014	1.343
IPCA					
Aplicações financeiras	251	314	377	188	126
Debêntures	931	1.164	1.397	698	466

3.1 Estimativa do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente desse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, o Grupo leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração.

Além disso, para fins de preparação de relatórios financeiros, as mensurações do valor justo são classificadas nas categorias Níveis 1, 2 ou 3, descritas a seguir, com base no grau em que as informações para as mensurações do valor justo são observáveis e na importância das informações para a mensuração do valor justo em sua totalidade:

- informações de Nível 1: são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração. Atualmente o Grupo não possui nenhum instrumento financeiro mensurado a valor justo nessa categoria;
- informações de Nível 2: são informações, que não os preços cotados incluídos no Nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente;
- informações de Nível 3: são informações não observáveis para o ativo ou passivo.

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

31 de dezembro de 2021						
	Controladora			Consolidado		
	Nível 2	Nível 3	Saldo total	Nível 2	Nível 3	Saldo total
Ativo						
VJR						
Títulos e valores mobiliários	144.676	-	144.676	475.936	-	475.936
VJORA						
BDMG	-	176.693	176.693	-	176.693	176.693
FIP Aerotec	134.946	-	134.946	134.946	-	134.946
FIP Seed4Science	1.123	-	1.123	1.123	-	1.123
FIP Biotec	26.833	-	26.833	26.833	-	26.833
Total do ativo	<u>307.578</u>	<u>176.693</u>	<u>484.271</u>	<u>638.838</u>	<u>176.693</u>	<u>815.531</u>
31 de dezembro de 2020						
	Controladora			Consolidado		
	Nível 2	Nível 3	Saldo total	Nível 2	Nível 3	Saldo total
Ativo						
VJR						
Títulos e valores mobiliários	13.513	-	13.513	209.935	-	209.935
VJORA						
BDMG	-	176.693	176.693	-	176.693	176.693
Bônus de subscrição OXIS BR	-	1.668	1.668	-	1.668	1.668
FIP Aerotec	163.878	-	163.878	163.878	-	163.878
FIP Seed4Science	371	-	371	371	-	371
FUNCINE	4.795	-	4.795	4.795	-	4.795
FIP Biotec	13.981	-	13.981	13.981	-	13.981
Total do ativo	<u>196.538</u>	<u>178.361</u>	<u>374.899</u>	<u>392.960</u>	<u>178.361</u>	<u>571.321</u>

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4 Instrumentos financeiros por categoria

Classificação por categoria de ativos e passivos financeiros ao valor contábil:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Ativos				
Custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa	88.859	30.694	585.388	301.458
Títulos e valores mobiliários	44.996	41.613	385.497	368.450
Contas a receber	37.841	19.948	179.649	139.058
Contas a receber com partes relacionadas	662	689	-	-
Dividendos e JCP a receber	39.836	117.430	10.860	5.499
	<u>212.194</u>	<u>210.374</u>	<u>1.161.394</u>	<u>814.465</u>
VJR				
Títulos e valores mobiliários	144.676	13.513	475.936	209.935
	<u>144.676</u>	<u>13.513</u>	<u>475.936</u>	<u>209.935</u>
VJORA				
BDMG	176.693	176.693	176.693	176.693
Bônus de subscrição OXIS BR	-	1.668	-	1.668
FIP Aerotec	134.946	163.878	134.946	163.878
FIP Seed4Science	1.123	371	1.123	371
FUNCINE	-	4.795	-	4.795
FIP Biotec	26.833	13.981	26.833	13.981
	<u>339.595</u>	<u>361.386</u>	<u>339.595</u>	<u>361.386</u>
Total de instrumentos financeiros ativos	<u>696.465</u>	<u>585.273</u>	<u>1.976.925</u>	<u>1.385.786</u>
Passivos				
Custo amortizado				
Contas a pagar	8.413	2.034	749.328	532.298
Operações de arrendamento mercantil	-	15.549	-	15.549
Contas a pagar com partes relacionadas	44.029	62.386	-	-
Adiantamentos e cauções recebidas	2.837	3.315	171.681	185.390
Dividendos a pagar	-	-	30.727	110.273
	<u>55.279</u>	<u>83.284</u>	<u>951.736</u>	<u>843.510</u>
Total de instrumentos financeiros passivos	<u>55.279</u>	<u>83.284</u>	<u>951.736</u>	<u>843.510</u>

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Caixa e bancos (conta movimento)	3.189	2.763	3.765	4.189
Certificados de depósitos bancários – CDB	88.859	30.694	585.388	301.458
	<u>92.048</u>	<u>33.457</u>	<u>589.153</u>	<u>305.647</u>

As aplicações financeiras de curto prazo referem-se a recursos aplicados em Certificados de Depósito Bancário ou operações compromissadas, com liquidez imediata, sujeitas a risco insignificante de

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

mudança de valor, sendo consideradas, portanto, equivalentes de caixa. O Grupo possui opção de resgate antecipado das referidas aplicações financeiras, sem penalidade de perda de rentabilidade. Estes instrumentos tiveram taxa de remuneração média de 102,89% e 104,94% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), individual e consolidado, respectivamente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (104,15% e 96,18% no exercício findo em 31 de dezembro de 2020).

6 Títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Aplicações financeiras em CDB (i)	-	-	67.804	88.635
Fundos de investimento (ii)	144.676	13.513	475.936	209.935
Letras financeiras (iii)	10.784	10.258	253.222	220.257
Debêntures (iv)	23.505	21.190	40.385	37.031
DPGE (v)	10.707	10.165	24.086	22.527
	<u>189.672</u>	<u>55.126</u>	<u>861.433</u>	<u>578.385</u>
Circulante	167.162	13.598	665.418	290.909
Não circulante	22.510	41.528	196.015	287.476
	<u>189.672</u>	<u>55.126</u>	<u>861.433</u>	<u>578.385</u>

- (i) Aplicações financeiras do Grupo em CDB com carência de 3 a 11 meses e remuneração média de 122,64% do CDI no consolidado (123,99% no exercício findo em 31 de dezembro de 2020). A gestão de caixa do Grupo busca compatibilizar a necessidade de liquidez da empresa e oportunidades de aplicações com maiores rendimentos.
- (ii) Os fundos de investimento do Grupo se constituem como parte de seus ativos financeiros disponíveis em tesouraria. Os fundos em que são aplicados tais recursos possuem liquidez diária, estão indexados à taxa DI e, por possuírem lastro significativo em letras do tesouro nacional brasileiro, não se classificam como equivalentes de caixa de acordo com as normas internacionais de contabilidade. A rentabilidade média acumulada dos últimos 12 meses obtida pelos fundos aplicados pelo Grupo foi de 115,45% e 115,38% do CDI em 31 de dezembro de 2021, individual e consolidado, respectivamente e para os fundos presentes na carteira do Grupo em 31 de dezembro de 2020 a rentabilidade foi de 86,32% e 87,12% do CDI, individual e consolidado respectivamente.
- (iii) As letras financeiras aplicadas pelo Grupo são remuneradas da seguinte maneira:

	Intervalo de remuneração - consolidado		Saldos aplicados em			
			Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
CDI	109% e 162%	105,80% a 162%	-	-	119.577	93.273
CDI +	CDI+0,60 e CDI+1,80	CDI+0,60 a CDI+1,80	10.784	10.258	62.972	60.422
Pré-fixado	3,94% e 7,92%	3,94% a 7,92%	-	-	70.673	66.562
			<u>10.784</u>	<u>10.258</u>	<u>253.222</u>	<u>220.257</u>

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iv) A seguir a abertura das debêntures por emissor:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
CEMIG	-	-	11.806	10.873
COPASA	6.039	5.493	11.113	10.461
BiotechTown	17.466	15.697	17.466	15.697
	<u>23.505</u>	<u>21.190</u>	<u>40.385</u>	<u>37.031</u>
Circulante	995	85	7.065	570
Não circulante	22.510	21.105	33.320	36.461
	<u>23.505</u>	<u>21.190</u>	<u>40.385</u>	<u>37.031</u>

Em 2018, foram adquiridas pela Codepar debêntures do BiotechTown, remuneradas à 100% do CDI e com vencimento em 20 anos como estratégia de capitalização junto à investida. Devido a perda por MEP da investida BiotechTown ter excedido o capital investido, foi lançada uma perda de R\$1.252 na conta de debêntures do BiotechTown vide nota 13.2. O valor encontra-se líquido na tabela acima. Já as aplicações da Codemig visam diversificação e melhor remuneração.

(v) A aplicação em Depósito a Prazo com Garantia Especial – DPGE da Codemig foi no valor de R\$10.000 com carência em junho de 2022 e remuneração de CDI+0,9%. Já as aplicações em DPGE da Codemig foram no montante de R\$12.000, sendo três aplicações de R\$4.000 com carência para abril de 2022 e remunerações de CDI+0,75%, IPCA+3,17% e 120% do CDI.

7 Contas a receber

O contas a receber do Grupo corresponde substancialmente a saldos a receber decorrentes da parceria da Codemig com a CBMM no negócio de nióbio. Considerando o recebimento mensal dos resultados da SCP, o saldo do contas a receber, se comparado com exercício anterior, pode apresentar oscilações sem correlação à comparação das receitas entre os períodos divulgados, uma vez que as bases temporais não são correlatas. Além disso, o Grupo possui também valores a receber decorrentes: de arrendamentos, da administração do terminal rodoviário Governador Israel Pinheiro e da venda de imóveis no curso normal das atividades. Estão apresentados a valores de realização vigentes na data das demonstrações financeiras.

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
<u>Sociedade em Conta de Participação:</u>				
CBMM - Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração	-	-	141.794	119.110
<u>Outros contas a receber:</u>				
Arrendamentos e recebíveis operacionais	32.248	25.469	35.086	26.145
Contas a receber por venda de imóveis	16.981	6.226	16.981	6.226
Demais contas	515	-	1.171	657
	<u>49.744</u>	<u>31.695</u>	<u>195.032</u>	<u>152.138</u>
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	<u>(11.903)</u>	<u>(11.747)</u>	<u>(15.383)</u>	<u>(13.080)</u>
	<u>37.841</u>	<u>19.948</u>	<u>179.649</u>	<u>139.058</u>
Circulante	30.862	18.547	172.670	137.657
Não circulante	6.979	1.401	6.979	1.401
	<u>37.841</u>	<u>19.948</u>	<u>179.649</u>	<u>139.058</u>

A composição destes saldos por vencimento é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
A vencer	36.509	18.841	178.421	138.036
Vencidos:				
Em até 30 dias	204	98	305	182
Entre 30 e 60 dias	220	87	227	166
Entre 60 e 90 dias	56	10	334	438
Entre 90 e 180 dias	27	25	297	25
Há mais de 180 dias	12.728	12.634	15.448	13.291
	<u>49.744</u>	<u>31.695</u>	<u>195.032</u>	<u>152.138</u>

Do montante apresentado no saldo de contas a receber, parte substancial do que está a vencer está relacionada à participação do Grupo na SCP com a CBMM, que não apresenta nenhum histórico de inadimplência ou perda.

Levando em consideração as informações históricas sobre índices de inadimplência da Companhia e suas controladas para os demais valores de contas a receber, o crédito decorrente desses saldos a vencer também é de alta liquidez com baixo risco de perda.

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A movimentação do saldo de perdas estimadas de contas a receber está apresentada a seguir:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2021</u>	<u>2020</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Saldo inicial	(11.747)	(11.819)	(13.080)	(12.476)
Reversão / (constituição)	(163)	68	(2.310)	(608)
Reversão por recebimento do título	<u>7</u>	<u>4</u>	<u>7</u>	<u>4</u>
Saldo final	<u>(11.903)</u>	<u>(11.747)</u>	<u>(15.383)</u>	<u>(13.080)</u>

No exercício de 2021 foi constituída perda estimada na Codemig por créditos de liquidação duvidosa de R\$2.148 referente aos valores a receber do Instituto Cultural Filarmônica. O contrato com o cliente é de permissão de uso, indissociável ao Contrato de Gestão nº06/20 da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo, de forma não onerosa, porém as despesas pagas pela Codemig, devem ser reembolsadas pelo permissionário.

8 Dividendos e JCP a receber

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2021</u>	<u>2020</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Dividendos a receber Codemig	27.173	114.774	-	-
Dividendos a receber Comipa	-	-	2.284	2.843
Dividendos a receber CBL	-	2.656	-	2.656
Juros sobre capital próprio Codemig	4.087	-	-	-
Juros sobre capital próprio BDMG	8.311	-	8.311	-
Juros sobre capital próprio Datora	<u>265</u>	<u>-</u>	<u>265</u>	<u>-</u>
	<u>39.836</u>	<u>117.430</u>	<u>10.860</u>	<u>5.499</u>

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9 Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Imposto de renda	20.678	19.165	33.071	31.154
Contribuição social	631	641	918	744
Outros impostos e contribuições a recuperar	41	353	187	498
	<u>21.350</u>	<u>20.159</u>	<u>34.176</u>	<u>32.396</u>
Circulante	6.031	4.223	9.866	5.625
Não circulante	<u>15.319</u>	<u>15.936</u>	<u>24.310</u>	<u>26.771</u>
	<u>21.350</u>	<u>20.159</u>	<u>34.176</u>	<u>32.396</u>

O saldo deste grupo corresponde principalmente ao imposto de renda retido na fonte sobre as aplicações financeiras do Grupo. Pelo fato do Grupo apresentar prejuízos fiscais recorrentes, os valores são realizados mediante a compensação dos impostos e contribuições federais a pagar da operação. Caso as empresas do Grupo identifiquem créditos tributários em montante superior àqueles que porventura possam ser compensados, são realizados pedidos de restituição junto aos órgãos competentes.

10 Depósitos judiciais

Os depósitos referem-se a valores depositados em juízo em razão da desapropriação de terrenos no entorno da Cidade Administrativa bem como para garantir a liquidação de obrigações futuras inerentes à outros processos judiciais em andamento. Os valores são realizados na medida em que os processos judiciais transitam em julgado ou quando acordos são homologados judicialmente.

O saldo dos depósitos judiciais efetuados está demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Desapropriação terrenos entorno Cidade Administrativa	10.105	10.168	10.105	10.168
Demais depósitos	<u>5.317</u>	<u>5.189</u>	<u>5.317</u>	<u>5.213</u>
	<u>15.422</u>	<u>15.357</u>	<u>15.422</u>	<u>15.381</u>

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11 Estoque de imóveis a comercializar

Representam estoque de distritos industriais e de terrenos que não serão destinados para uso próprio do Grupo na consecução de seu objetivo social e, conseqüentemente, estão disponíveis para venda. A composição dos saldos por localidade está demonstrada a seguir:

	Controladora e consolidado	
	2021	2020
Distritos industriais	6.627	14.154
Ribeirão das Neves	23.322	27.185
Sete Lagoas	1.713	1.713
Governador Valadares	26	1.095
Araxá	124	124
Curvelo	616	-
	<u>32.428</u>	<u>44.271</u>
Perda por redução ao valor recuperável	<u>(5.080)</u>	<u>(11.316)</u>
	<u>27.348</u>	<u>32.955</u>

A política de perda por redução ao valor recuperável considera a intenção da administração de venda dos terrenos e distritos industriais. Somente há reversão da perda registrada quando realizada alienação do ativo pelo Grupo na qual seja verificado algum ganho.

Em 2021, de acordo com as movimentações do saldo e mudanças da expectativa de realização dos imóveis, foram realizados alguns complementos e reversões de provisões. Abaixo, destacamos os mais relevantes:

a) foi contabilizado como “Despesas gerais e administrativas” o valor de R\$3.855 de obras em distritos industriais que não agregavam valor ao ativo para venda;

b) doação da Fazenda Mato Grosso III, para o EMG, resultando em um efeito de líquido de R\$ 889 contabilizado nas contas de resultado (Despesas gerais e administrativas);

c) provisão complementar para a Fazenda Mato Grosso I em Ribeirão das Neves e para o distrito industrial localizado em Ijaci no montante de R\$ 3.741, sendo R\$ 1.618 para o primeiro e R\$ 2.123 para o segundo;

d) reversão de provisões realizadas em períodos passados no valor de R\$ 2.338.

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12 Partes relacionadas

Os saldos e as transações do Grupo e da Companhia com partes relacionadas têm a seguinte composição:

	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		Controladora DESPESA	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Grupo econômico								
ESTADO DE MINAS GERAIS								
<i>Circulante</i>								
Doações de equipamentos e móveis	-	-	-	-	-	171	-	-
INDI								
Parcerias	-	-	-	-	-	-	(7.905)	(5.126)
MGS								
<i>Circulante</i>								
Serviços de apoio	-	-	-	-	-	-	(27.264)	(25.015)
OUTROS								
Gastos com desenvolvimento (i) (nota 25)	-	-	-	-	1.540	8.818	(7.504)	(34.444)
Controladas								
CODEMIG								
<i>Circulante</i>								
Contas a receber	662	691	-	-	4.076	4.076	-	-
Contas a pagar (ii)	-	-	31.644	12.846	-	-	-	-
<i>Não circulante</i>								
Contas a pagar (ii)	-	-	12.385	49.540	-	-	-	-
Coligadas								
BIOTECH TOWN								
<i>Não circulante</i>								
Debêntures - Juros e principal (nota 6)	17.466	15.697	-	-	704	288	-	-

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		Consolidado DESPESA	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Grupo econômico								
ESTADO DE MINAS GERAIS								
Doações de equipamentos e móveis	-	-	-	-	-	171	-	-
INDI								
Parcerias	-	-	-	-	-	-	(7.905)	(7.403)
MGS								
<i>Circulante</i>								
Serviços de apoio	-	-	-	-	-	-	(29.383)	(27.776)
OUTROS								
Gastos com desenvolvimento (i) (nota 25)	-	-	-	-	1.540	8.818	(7.665)	(34.622)
CBMM								
<i>Circulante</i>								
Contas a receber / receita (notas 7 e 23)	141.794	119.110	-	-	2.263.336	1.297.630	-	-
Contas a pagar (nota 16)	-	-	683.196	391.848	(700.416)	(533.818)	-	-
Adiantamentos recebidos (nota 20) (ii)	-	-	30.942	7.019	-	-	-	-
<i>Não circulante</i>								
Contas a pagar (nota 16)	-	-	57.711	138.415	-	-	-	-
Adiantamentos recebidos (nota 20) (ii)	-	-	137.902	175.056	-	-	-	-
Coligadas								
COMIPA								
<i>Circulante</i>								
Receitas arrendamento	-	-	-	-	4	4	-	-
BIOTECH TOWN								
<i>Não circulante</i>								
Debêntures - Juros e principal (nota 6)	17.466	15.697	-	-	704	288	-	-

- (i) A Companhia tem por objeto social promover o desenvolvimento econômico do Estado de Minas Gerais e, nesse contexto, está autorizada a firmar contrato ou convênio de cooperação econômica ou técnica e vem atuando como agente fomentador de diversos projetos no Estado, vide nota 25. Caso os convenientes não executem a integralidade do recurso repassado pela Codemge, ou anteriormente pela Codemig, eles são obrigados a devolverem o recurso atualizado monetariamente, apresentado na linha de recuperação de despesas na nota 26.
- (ii) Foi estabelecido nos atos societários da cisão que o passivo de adiantamento de receitas – SCP naquela data seria vertido para Codemge. O saldo em aberto na data da cisão correspondia ao saldo da primeira e da segunda operação de adiantamento. Em decorrência da impossibilidade de transferência desses contratos de adiantamento, uma vez que fazem parte da estrutura negocial

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

da Escritura Pública da SCP (nota 1 (c)), foi registrado contas a receber de partes relacionadas com a Codemge, no mesmo valor e nas mesmas condições do passivo, ou seja, com todos encargos financeiros. Cabe ressaltar que a Codemig participou de novas operações de antecipação de receitas das quais a Codemge não possui qualquer obrigação de ressarcimento. Para outras informações sobre o adiantamento de lucros, vide nota 20.

(a) Remuneração da administração

A administração da Companhia é conduzida de forma integrada com a da Codemig, dessa forma, os custos da estrutura bem como as despesas administrativas, exceto pela folha de pagamentos, observada a praticabilidade da atribuição, são absorvidos pela Codemge.

Considerando que a administração da Codemig possui cargos administrativos na Codemge, todos seus membros abriram mão de seus recebimentos na Codemig, uma vez que pela Lei 13.303/16 é proibida a assunção de cargos remunerados em mais de um ente público.

As despesas com remuneração e encargos dos principais executivos e administradores da Companhia e da Codemig durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 totalizaram R\$7.004 (R\$6.261 em 31 de dezembro de 2020, contabilizados em sua maioria pela Codemge) e são cobradas da Codemig via Contrato de Compartilhamento de Despesas assinado entre Codemig e Codemge.

(b) Caixa movimentado entre partes relacionadas

Devido a contratos ou ativos que ainda estão em processo de transferência da Codemig para a Codemge, durante o processo de cisão da Codemig que culminou na criação da Codemge diversos compromissos surgiram em nome da nova empresa cindida. Em face disto, a Codemig operacionalizou por meio de seu caixa diversos compromissos da Codemge que, durante o curso de suas atividades estão sendo acertados entre as empresas. O acerto de contas deverá ser realizado por compensação de dividendos a distribuir ou pagamento em caixa pela Codemig, de acordo com o saldo. Os saldos transacionados no exercício:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Pagamentos, líquidos, de ativos relacionados a CBMM advindos da cisão (i)	(19.059)	(32.002)
Transações pela Codemig por conta e ordem da Codemge (ii)	729	5.957
Total	<u>(18.330)</u>	<u>(26.045)</u>

- (i) A cisão destinou à Codemge saldos em aberto entre Codemig e CBMM que só seriam liquidados em momento futuro. Na sua liquidação, a Codemig cobrou/repassou tais valores à Codemge, já considerando o efeito da cisão;
- (ii) A Codemge, como parte de seu processo de cisão, se utilizou de ativos e do nome da Codemig para execução de suas atividades, considerando seu período de regularização fiscal, legal e operacional. Além disso, a Codemig utiliza-se da infraestrutura de pessoal da Codemge. Os saldos em aberto dessa natureza ou de natureza similar são liquidados no mês subsequente ao seu registro.

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13 Participações societárias e outros ativos financeiros

Este grupo de contas é composto por *i*) participações societárias de controladas e coligadas, sobre as quais a Codemge exerce controle e influência significativa, respectivamente; e *ii*) outros ativos financeiros, composto por outras empresas em que não existe influência significativa - instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. O saldo é dividido como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Outros ativos financeiros (13.1)	339.595	361.386	339.595	361.386
Participações societárias (13.2)	514.653	531.943	207.143	224.240
	<u>854.248</u>	<u>893.329</u>	<u>546.738</u>	<u>585.626</u>

13.1 Instrumentos financeiros patrimoniais

A seguir a composição dos instrumentos financeiros patrimoniais:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Participação acionária direta				
BDMG	176.693	176.693	176.693	176.693
Bônus de subscrição OXIS BR	-	1.668	-	1.668
	<u>176.693</u>	<u>178.361</u>	<u>176.693</u>	<u>178.361</u>
Participação em fundos de investimento				
FIP AEROTEC	134.946	163.878	134.946	163.878
FIP SEED4SCIENCE	1.123	371	1.123	371
FUNCINE	-	4.795	-	4.795
FIP BIOTEC E CIÊNCIAS DA VIDA	26.833	13.981	26.833	13.981
	<u>162.902</u>	<u>183.025</u>	<u>162.902</u>	<u>183.025</u>
Total	<u>339.595</u>	<u>361.386</u>	<u>339.595</u>	<u>361.386</u>

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Movimentação dos instrumentos financeiros patrimoniais dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Participação acionária direta				
BDMG				
Saldo inicial	176.693	176.249	176.693	176.249
Aquisição de cotas	-	444	-	444
	<u>176.693</u>	<u>176.693</u>	<u>176.693</u>	<u>176.693</u>
Bônus de subscrição OXIS BR				
Saldo inicial	1.668	-	1.668	-
Aquisição	-	1.668	-	1.668
Perda por <i>impairment</i>	(1.668)	-	(1.668)	-
	<u>-</u>	<u>1.668</u>	<u>-</u>	<u>1.668</u>
Participação em fundos de investimento				
FIP AEROTEC				
Saldo inicial	163.878	-	163.878	106.279
Saldo incorporação Codepar	-	102.038	-	-
Aquisição de cotas	1.210	20.566	1.210	22.694
Amortização de cotas	(888)	-	(888)	-
Provisão para perdas	(35.008)	-	(35.008)	-
Valorização / (desvalorização) de cotas	5.754	41.274	5.754	34.905
	<u>134.946</u>	<u>163.878</u>	<u>134.946</u>	<u>163.878</u>
FIP SEED4SCIENCE				
Saldo inicial	371	-	371	2
Saldo incorporação Codepar	-	40	-	-
Aquisição de cotas	705	330	705	390
Valorização / (desvalorização) de cotas	47	1	47	(21)
	<u>1.123</u>	<u>371</u>	<u>1.123</u>	<u>371</u>
FUNCINE				
Saldo inicial	4.795	-	4.795	4.905
Saldo incorporação Codepar	-	4.773	-	-
Aquisição de cotas	-	229	-	229
Valorização / (desvalorização) de cotas	(152)	(207)	(152)	(339)
Liquidação	(4.643)	-	(4.643)	-
	<u>-</u>	<u>4.795</u>	<u>-</u>	<u>4.795</u>
FIP BIOTEC E CIÊNCIAS DA VIDA				
Saldo inicial	13.981	-	13.981	12.460
Saldo incorporação Codepar	-	13.208	-	-
Aquisição de cotas	14.755	2.170	14.755	3.350
Desvalorização de cotas	(1.903)	(1.397)	(1.903)	(1.829)
	<u>26.833</u>	<u>13.981</u>	<u>26.833</u>	<u>13.981</u>
Total	<u>339.595</u>	<u>361.386</u>	<u>339.595</u>	<u>361.386</u>

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

BDMG

Em 2012 a Codemig adquiriu ações ordinárias de emissão do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG, banco público controlado pelo Governo de Estado de Minas Gerais e, portanto, parte relacionada do Grupo. O aporte de capital no BDMG teve como objetivo (i) induzir de forma indireta o desenvolvimento econômico do Estado de Minas Gerais, pela alavancagem da capacidade do banco de conceder financiamento para empreendimentos de pequeno, médio e grande porte no Estado de Minas Gerais; e (ii) gerar retorno sobre o capital do Grupo.

Esse ativo foi recebido pela Codemge no processo de cisão parcial da Codemig ocorrido em 2018. A partir de 2018 tal ativo passou a ser mensurado pelo seu valor justo conforme aplicação da nova norma de instrumentos financeiros, CPC 48/IFRS 9 – Instrumentos Financeiros. Dentre as abordagens de avaliação apresentadas no CPC 46/IFRS 13 – Mensuração do Valor Justo, concluiu-se que a mais aplicável ao caso, tendo em vista sua complexidade de mensuração de valor justo pela inexistência de mercado para tais ações, seria a de abordagem de custo, de maneira que seu valor justo foi mensurado considerando a técnica de custo de reposição do ativo, ou seja, o preço de emissão de suas ações em um aumento de capital, considerando que as ações do BDMG não são ativos a venda pelos seus acionistas (majoritariamente o Estado de Minas Gerais) e nem cotados em bolsa ou em mercado de balcão.

Em 18 de dezembro de 2019, após deliberação de juros sobre capital próprio (“JCP”) aos seus acionistas em Assembleia Geral do BDMG, imediatamente a mesma Assembleia deliberou novo aumento de capital no banco, em que foram subscritas 64.979.066 novas ações ao preço de emissão de R\$0,03, totalizando um valor de R\$1.949. Desse modo, todo o recurso decorrente do JCP declarado foi integralizado pelo Grupo.

Em 11 de maio de 2020 houve um aumento de capital social do BDMG, realizado por meio de Assembleia Geral, em que foi deliberado a subscrição de 3.333.333.333 novas ações ordinárias com valor fixado em R\$0,03, totalizando um valor de R\$100.000. A totalidade das ações foram subscritas pelo acionista Estado de Minas Gerais, constando a renúncia ao direito de preferência dos demais acionistas. Sendo assim, o novo capital social do BDMG passou a ser R\$2.104.971 e a Codemge que anteriormente detinha uma participação de 8,72% deste montante, passou a deter uma participação de 8,29% do capital social, no valor de R\$183.617.

Em Assembleia Geral do BDMG, realizada nos dias 28 e 30 de dezembro de 2020, houve novo aumento de capital, por meio da capitalização dos juros sobre capital próprio (“JCP”) propostos na mesma assembleia. Foram subscritas 223.603.370 novas ações ao preço de emissão de R\$0,03, totalizando um valor de R\$6.214. A Codemge subscreveu um total de 15.974.717 novas ações, totalizando um aumento de R\$444 em sua participação no Banco. Sendo assim, em 31 de dezembro de 2020, o valor da participação societária é de R\$176.693 e não teve movimentações desde então.

No dia 27 de dezembro de 2021, ocorreu uma Assembleia Geral do BDMG na qual houve a deliberação de destinação dos recursos de Juros Sobre Capital Próprio no montante de R\$118.000, sendo que R\$9.777 são de direito da Codemge.

Vale ressaltar que, a Lei das S.A. determina que o preço de emissão da ação poderá ser avaliado considerando: (i) a perspectiva de rentabilidade da companhia, (ii) o valor do patrimônio líquido da ação, e (iii) a cotação de suas ações em Bolsa de Valores ou no mercado de balcão organizado, admitido ágio ou deságio em função das condições de mercado. Em novembro de 2021, o patrimônio líquido avaliado em R\$2.027.609 que se encontrava dividido em 71.093.757.547 ações ordinárias. Sendo assim o valor de patrimônio da ação estaria avaliado à R\$0,0285. Devido a impossibilidade de fixação do valor da ação por fração de centavo, o valor da ação é automaticamente arredondado para R\$0,03.

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Considerando que o custo de reposição é determinado pelo valor da última transação de aquisição de ações, não seria adequado considerarmos o valor de patrimônio da ação para cálculo do custo de reposição, pois ele seria insuficiente para a reposição do ativo. Assim reiteramos que o valor de reposição das ações do BDMG possui valor justo, pela abordagem de custo e técnica de custo de reposição, de R\$176.693.

Contudo, destacamos que, na ocorrência de um evento, como o de grupamento de ações do BDMG, possivelmente as casas decimais não terão tanta representatividade no preço da ação a ponto de que os eventuais arredondamentos não causem diferenças relevantes, logo a avaliação da ação seria melhor representada por seu valor patrimonial. Essa informação é relevante pois nessa hipótese – do valor das ações serem representadas pelo valor patrimonial – de acordo com os dados de novembro de 2021 do banco, o ativo se desvalorizaria 4,91% e o valor do ativo seria de R\$168.011. Na hipótese do patrimônio líquido do BDMG ser inferior à R\$1.777.344, é possível que no primeiro aumento de capital a se realizar o valor patrimonial da ação seja arredondado para baixo – R\$0,02. Nesse caso, o valor do ativo atingiria o montante de R\$117.819. Vale ressaltar que qualquer variação do valor justo do ativo, pela opção do Grupo, será registrada em outros resultados abrangentes.

DESCONTINUIDADE DO PROJETO OXIS (Células de Bateria de Lítio-Enxofre (Li-S))

Contexto

O projeto Oxis se iniciou em 2017 com a identificação de um projeto de tecnologia inovadora de células de bateria de lítio-enxofre (Li-S) considerando a perspectiva de crescimento e desenvolvimento global do mercado de baterias. Esse investimento faria parte do arcabouço de investimentos da cadeia de produção de baterias em Minas Gerais que foi acompanhado pela aquisição de participação em uma mineradora de lítio (CBL) pela Codemge e posteriormente de participação em uma fabricante de baterias (Unicoba) pelo FIP Aerotec.

A Oxis Energy UK – “Oxis UK” – era empresa detentora da tecnologia e apresentava como diferenciais mais de 200 patentes relacionadas à tecnologia de lítio-enxofre (Li-S) com características superiores à da tecnologia de bateria dominante, visando um mercado de alto valor agregado.

Investimentos

Os aportes na Oxis UK ocorreram em três momentos/rodadas de investimento: em outubro de 2017, abril de 2018 e abril de 2019, todos com outros investidores além do FIP Aerotec. Além disso, em novembro de 2018 a Codemge e a Oxis UK assinaram um acordo de investimentos estabelecendo as condições para o desenvolvimento de tecnologia e fabricação de células de bateria de lítio-enxofre em Minas Gerais com o objetivo de negociar tais produtos em mercados domésticos e internacionais.

Tal investimento acordado se daria inicialmente por meio de uma sociedade em conta de participação em que a sócia ostensiva seria uma S.A. criada com esse propósito específico – Oxis Energy BR (“Oxis BR”) – e as sócias participantes seriam a Codemge e a Oxis UK. As contribuições das sócias participantes nessa SCP seriam avaliadas e consideradas em um momento subsequente como gatilho para emissão de bônus de subscrição da Oxis BR e, aos poucos, a operação seria transferida integralmente da SCP para a Oxis BR, até que a SCP não seja mais necessária para a operação.

Como forma de aporte na SCP a Codemge contribuiria com a cessão da posse e do direito de uso da planta industrial enquanto a Oxis Energy UK contribuiria com a licença de uso da marca, licença de exploração das patentes e o fornecimento de *know-how*.

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Tendo em vista que os gastos da Codemge com a planta industrial seriam posteriormente avaliados e considerados como base para obtenção de bônus de subscrição da Oxis BR, todos os gastos relacionados ao projeto de implantação da fábrica foram capitalizados por serem considerados como custo de aquisição da participação da Codemge na SCP e posteriormente na Oxis Energy BR.

Devido à mudança de planos para o local de implantação da planta industrial, houve a necessidade de revisão do projeto executivo da fábrica, de maneira que a Oxis Energy BR teve necessidade de caixa para o aditivo contratual com o fornecedor responsável pelo projeto. Tais recursos foram obtidos através de uma antecipação da emissão de bônus de subscrição pela Oxis BR integralmente adquiridos pela Codemge. O novo projeto executivo foi contratado para adequar a planta industrial nas dependências de um galpão localizado na planta industrial da Mercedes Benz do Brasil em Juiz de Fora, com 18.200 m².

Esse galpão, em abril de 2020, foi objeto de um contrato de locação entre Codemge e Mercedes Benz do Brasil (“MBB”) e, considerando suas características de arrendamento, tal contrato foi reconhecido pela Codemge como um arrendamento mercantil com base no CPC 06 / IFRS 16, sendo registrados um ativo de direito de uso no imobilizado da Codemge (nota 14) e um passivo de arrendamento (nota 17). Como mencionado anteriormente, os gastos com o projeto foram capitalizados como um intangível, de maneira que a atualização do passivo de arrendamento, a depreciação do ativo de direito de uso e gastos com o IPTU da do imóvel não transitaram no resultado da Codemge e se acumularam na conta de intangível (nota 15).

Processo *administration* e descontinuidade operacional

Em janeiro de 2021 a Oxis UK passou a sofrer com inadimplências de contratos de investimento (Contratos de *Joint Development*) de modo que alguns de seus acionistas realizaram pequenos aportes com a intenção de alongar o horizonte de caixa da empresa até a concretização de novos investidores. Após rodadas de *roadshow* e negociações findadas no 2º trimestre, a empresa não conseguiu lograr êxito com a concretização de novos aportes.

Sendo assim, considerando a insuficiência de caixa para honrar com seus compromissos, a Oxis Energy UK atualmente encontra-se em processo similar ao de recuperação judicial no Reino Unido (“*administration*”). Durante o processo de *administration*, a gestão da empresa ficará a cargo de um administrador responsável pela venda da empresa ou dos seus ativos com a finalidade de cumprir as obrigações restantes com credores e investidores.

Impactos contábeis

Devido à provável descontinuidade operacional da Oxis Energy UK e a estimativa de que não haja recursos suficientes para quitação das obrigações com os credores e acionistas, foi registrado o *impairment* da totalidade dos bônus de subscrição emitidos pela Oxis Energy BR no valor de R\$1.668.

Os Gestores do FIP Aerotec realizaram a baixa integral dos investimentos realizados na Oxis Energy UK e Oxis Energy BR, nos valores de R\$33.753 e R\$84, contribuindo para a redução do valor da cota do fundo e o registro via VJORA.

Em 08 de setembro de 2021, Codemge e MBB celebraram, de forma amigável, o distrato referente ao contrato de aluguel de parte do Galpão em Juiz de Fora/MG, que abrigaria a primeira fábrica de células para baterias de lítio-óxido. As partes decidiram pela renúncia em mútuo acordo e renunciaram à reivindicação de direitos decorrentes do encerramento do Contrato. Sendo assim, a MBB desobrigou a Codemge de pagamento da multa pela rescisão antecipada e a Codemge se comprometeu em reembolsar

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

os custos incorridos pela MBB para disponibilizar o imóvel no valor de R\$356. O ativo e passivo de arrendamento e o intangível capitalizado foram baixados um contra o outro sendo que o único impacto no resultado da Codemge foi o referente ao IPTU do imóvel, no valor de R\$69.

Abaixo um resumo com a composição dos saldos de ativos e passivos relacionados ao Projeto Oxis e impactos no resultado do exercício:

Controladora e consolidado					
	Nota	Valor aportado/ contabilizado	Valor baixado	Resultado do exercício	Outros resultados abrangentes
Ativo					
Participação societária Oxis Energy UK (i)	13.1	30.388	33.669	-	(33.669)
Participação societária Oxis Energy BR (i)	13.1	84	84	-	(84)
Bônus de subscrição Oxis Energy BR	13.1	1.668	1.668	(1.668)	-
Direito de uso da imóvel	14	14.530	14.530	-	-
(-) Depreciação do direito de uso	14	-	(1.127)	-	-
Contribuição de ativos da SCP Oxis Energy	15	2.888	2.888	(69)	-
		<u>49.558</u>	<u>51.712</u>	<u>(1.737)</u>	<u>(33.753)</u>
Passivo					
Arrendamento mercantil da fábrica (Li-S)	17	31.601	31.601	-	-
(-) Juros do arrendamento mercantil	17	(17.071)	(15.379)	-	-
Indenização pelo distrato do aluguel da fábrica (Li-S)	24	(356)	(356)	(356)	-
		<u>14.174</u>	<u>15.866</u>	<u>(356)</u>	<u>-</u>

- (i) Participações societárias adquiridas pelo FIP Aerotec. Valor total aportado pelo fundo por meio de três rodadas de investimentos e baixadas por reconhecimento da perda das cotas por VJORA. A participação da Codemge em relação ao fundo é de 90,85%.

FIP AEROTEC

O AEROTEC – Fundo de Investimento em Participações foi constituído sob a forma de condomínio fechado e é regido por seu Regulamento, de acordo com a Instrução CVM nº 578/16 e demais disposições legais e regulamentares. Classificado como um fundo restrito tipo 2 nos termos da Deliberação ANBIMA, é destinado exclusivamente a investidores profissionais. A administração e gestão do Fundo foi de responsabilidade da Confrapar Participações e Pesquisa S.A., vencedora de processo licitatório conduzido pela Codepar, até o dia 30 de novembro de 2021. A partir dessa data a ID Gestora e Administradora de Recursos LTDA assumiu a administração e gestão do Fundo.

O objetivo preponderante do fundo é obter rendimentos de longo prazo aos seus cotistas por meio de investimentos diretos e/ou indiretos em valores mobiliários de emissão de empresas com sede social estabelecida no Estado de Minas Gerais, que possuam alto potencial de crescimento e atuação no setor aeroespacial. O fundo também mantém foco em tecnologias de manufatura aditiva e/ou avançada, alinhando-se ao planejamento e à política de investimentos do Grupo.

O prazo de duração do fundo será de 10 anos contados a partir da data de registro do fundo na CVM, prazo este que poderá ser prorrogado, mediante proposta do administrador/gestor, por até 5 períodos

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

adicionais de um ano. A Codemge já realizou 65 integralizações de quotas, totalizando um investimento de R\$121.722, valor equivalente a 86,94% do capital subscrito do fundo.

Considerando a nova diretriz de negócios do Grupo, em 2021 foi elaborado laudo de avaliação de valor justo do FIP Aerotec, no qual foi registrado uma provisão para perdas no valor R\$35.008. A perda foi registrada em outros resultados abrangentes no Patrimônio líquido.

O FIP Aerotec possui a seguinte disposição de capital:

Fundo	Capital comprometido	Capital investido	Capital à investir
FIP AEROTEC	140.000	121.722	18.278
	140.000	121.722	18.278

Em 31 de dezembro de 2021 o FIP AEROTEC havia investido nas seguintes participações:

Participações	Entidade local/ internacional	Integralizado
Altave Holding	Local	3.500
Flapper Tecnologia	Local	7.775
Oxis Energy UK (i)	Internacional	30.388
Oxis Brasil	Local	84
Cliever Indústria e Comércio de Produtos Tecnológicos	Local	2.500
Astro Science do Brasil Pesquisa e Desenvolvimento	Local	1.400
Xmrobots Holding	Local	28.000
Entalpia Participações (Unicoba)	Local	30.000
Compass Diagnóstico, Planejamento e Prototipagem Odontológica	Local	7.500
		111.147

- (i) Conforme divulgado ainda nesta nota, este ativo foi integralmente baixado do FIP Aerotec. Mais informações no item “Descontinuidade do Projeto Oxis” desta nota.

FIP SEED4SCIENCE

O SEED4SCIENCE – Fundo de Investimento em Participações Capital Semente foi constituído sob a forma de condomínio fechado e é regido por seu Regulamento, de acordo com a Instrução CVM nº 578/16 e demais disposições legais e regulamentares. O fundo faz aplicação em carteira diversificada de valores mobiliários de emissão das Empresas Alvo, quais sejam, companhias abertas ou fechadas, ou ainda sociedades limitadas atuantes nos setores de biotecnologia, nanotecnologia, internet das coisas, materiais avançados, tecnologia da informação e comunicação, especialmente relacionadas com *big data* e *machine learning*. As aplicações do fundo são realizadas por meio da aquisição de ativos como ações, debêntures, bônus de subscrição ou outros títulos e valores mobiliários.

As empresas devem possuir a tecnologia como diferencial. A atuação prioritária deve envolver soluções para problemas relevantes da indústria, agronegócio, varejo ou do setor de saúde e bem-estar, sendo dado especial enfoque às oportunidades provenientes ou de alguma forma ligadas ou oriundas de centro de pesquisas, faculdades e universidades.

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O fundo tem como público alvo investidores qualificados, de acordo com os termos do Art. 9º-B da Instrução CVM nº 539/13, que busquem obter retorno diferenciado no longo prazo. É classificado como fundo diversificado tipo 1, nos termos do Código ABVCAP/ANBIMA e prazo de duração de 10 anos contados da data da primeira integralização de cotas do fundo. A administração do fundo é exercida pela BRL Trust Investimentos Ltda e a gestão cabe à FUNDEPAR Gestão e Consultoria de Investimentos Ltda.

O capital subscrito total do Fundo é de R\$35.000, sendo que o Grupo é responsável pela participação de 8,57% das cotas subscritas, ou seja, um capital subscrito de R\$3.000. Até então já foram realizadas nove integralizações de quotas, totalizando uma quantia de R\$1.215, valor equivalente à 40,5% do capital subscrito no fundo.

O FIP Seed4Science possui a seguinte disposição de capital:

Fundo	Capital comprometido	Capital investido	Capital à investir
FIP SEED4SCIENCE	3.000	1.215	1.785
	<u>3.000</u>	<u>1.215</u>	<u>1.785</u>

Em 31 de dezembro de 2021 o FIP Seed4Science havia investido nas seguintes participações:

Participações	Entidade local/internacional	Integralizado
AFH Soluções Tecnológicas LTDA	Local	550
Aratu S.A.	Local	850
Kunumi Serviços em Tecnologia da Informação S.A. (Classe A)	Local	51
Kunumi Serviços em Tecnologia da Informação S.A. (Classe B)	Local	2.927
Logpyx Tecnologia S.A.	Local	2.733
Lume Robotics S.A.	Local	650
Neuralmind IA – 521 Particip	Local	650
Optimal Energy Sistemas e Serviços de Informação S/A	Local	750
		<u>9.161</u>

FUNCINE

Em 24 de junho de 2021, foi realizada Assembleia Geral de Cotistas em que se deliberou pela liquidação e encerramento do fundo. A Administradora foi autorizada a adotar as medidas necessárias para realizar a entrega dos ativos ao cotista único do fundo e o encerramento até 24 de dezembro de 2021.

O fundo contava com um capital comprometido de R\$21.000, advindo da primeira rodada de investimentos, em que a Codepar (incorporada pela Codemge em fevereiro 2020) e a gestora do fundo subscreveram um capital de R\$20.000 e R\$1.000, respectivamente. O Grupo realizou uma integralização de quotas no valor de R\$5.229, equivalente à 24,90% do capital subscrito no fundo.

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 26 de outubro de 2021, foi realizada Assembleia Geral de Cotistas em que se estabeleceu a data de liquidação e encerramento do fundo como sendo o dia 29 de outubro de 2021. Sendo assim, o saldo de ativos remanescentes do Fundo, no valor de R\$4.653 foram transferidos a sua única cotista, a Codemge.

FIP BIOTEC E CIÊNCIAS DA VIDA

O BIOTEC – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia é constituído sob a forma de condomínio fechado e regido por seu Regulamento e Instrução CVM nº 578/16 e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis. Sua classificação pelo Código ABVCAP/ANBIMA é fundo restrito tipo 2. O público-alvo são investidores qualificados de acordo com os termos do Art. 9º-B da Instrução CVM nº 539/13. O fundo terá duração de 10 anos contados a partir de 05 de setembro de 2019 e o prazo poderá ser prorrogado por dois períodos adicionais de um ano, mediante proposta do Administrador do fundo.

O objetivo preponderante do fundo é obter rendimentos de longo prazo aos seus cotistas, por meio de investimentos, em valores mobiliários de companhias-alvo com sede localizada em Minas Gerais ou com atuação no Estado. As companhias-alvo são empresas que possuem alto potencial de crescimento que tenham atuação nos setores de biotecnologia e ciências da vida. Entende-se que biotecnologia e ciências da vida cobrem um amplo espectro de áreas de aplicação, incluindo saúde humana, saúde animal, agricultura, meio ambiente e biotecnologia industrial.

A administração do fundo é exercida pela FIR Capital Partners – Gestão de Investimentos S.A. e a gestão cabe à FIR Gestão de Investimentos Ltda.

O fundo poderá emitir duas classes distintas de cotas: as Cotas de Classe A deverão ser integralizadas com moeda nacional, enquanto que as Cotas de Classe B deverão ser integralizadas com valores mobiliários de companhias-alvo. A gestora do fundo se compromete, de acordo com o Regulamento, a subscrever R\$5.000 em Cotas de Classe A do fundo, devendo integralizá-las de acordo com os demais cotistas.

O capital subscrito do Fundo é de R\$127.650, ao passo que o Grupo é subscritor de R\$68.000. O Grupo realizou onze integralizações de cotas, desde o início do fundo, totalizando a quantia de R\$30.978, valor equivalente a 45,56% do capital subscrito no fundo.

Fundo	Capital comprometido	Capital investido	Capital à investir
FIP BIOTEC	68.000	30.978	37.022
	<u>68.000</u>	<u>30.978</u>	<u>37.022</u>

Em 31 de dezembro de 2021 o FIP BIOTEC havia investido na seguintes participações:

Participações	Entidade local/ internacional	Integralizado
Vita Participações	Local	21.295
Nexodata do Brasil	Local	4.000
Plamev	Local	5.000
		<u>30.295</u>

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13.2 Participações societárias em controladas e coligadas

O Grupo possui investimentos em controladas e coligadas visando o desenvolvimento diversificado do Estado de Minas Gerais. Naqueles investimentos em que possui influência significativa, o Grupo formalizou acordos de acionistas e outros documentos pertinentes visando a proteção de seus direitos enquanto acionista minoritário, não integrante de bloco de controle.

Natureza e extensão das participações relevantes em controladas e coligadas do Grupo em 31 de dezembro de 2021:

Controladas (a) e coligadas (b)	Sede	Quantidade de ações / quotas		% participação no capital social		Natureza do Investimento
		Ordinárias	Preferenciais	Total	Votante	
Controladora						
CODEMIG	(a) Belo Horizonte	92.022	92.021	51,00%	51,00%	Empresa detentora dos direitos minerários do nióbio e sócia da SCP em conjunto com a CBMM.
IAS	(b) São José da Lapa	1.764.706	-	15,00%	15,00%	Aquisição primária de ações para apoio do setor aeroespacial.
Helibrás	(b) Itajubá	70.190.051	13.292.583	15,51%	25,00%	Aquisição primária de ações para apoio do setor aeroespacial.
BiotechTown	(b) Nova Lima	4.900.000	-	49,49%	49,49%	Aquisição primária de ações para desenvolvimento e aceleração de empresas em biotecnologia.
CBL	(b) Divisa Alegre	1.666.667	-	33,33%	33,33%	Aquisição secundária de ações para alavancar o mercado de exploração e mineração de lítio e produção de compostos químicos e seus co-produtos.
Datora Participações	(b) São Paulo	20.247.726	-	23,00%	23,00%	Aquisição primária de ações para apoio do setor de telecomunicações.
Consolidado						
COMIPA (i)	(b) Araxá	187.272.000	20.787.600	50,99%	48,26%	Aquisição primária de ações para exploração mineral de nióbio.

Além dessas participações societárias, o Grupo possui participação de 55% no lucro e 50% no patrimônio afetado de uma SCP que objetiva o envasamento e comercialização das águas minerais de Caxambú e Cambuquira. Por uma SCP não ser uma sociedade de fato, suas informações não estão descritas no quadro acima.

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (i) A Codemig possui investimento na Comipa, com a finalidade de manutenção de esforços em conjunto com a CBMM para exploração e lavra de minérios de pirocloro na região de Araxá/MG. A Codemig possui um total de 208.059.600 ações, de classes diferentes, integralizadas, sem valor nominal na Comipa, representando uma participação no capital social total de 50,99%. Conforme definições do Estatuto Social da Comipa dos poderes concedidos a cada classe de ação, o Grupo entende que a CBMM é a sócia com capacidade atual de dirigir as atividades relevantes da investida, e portanto, detém poder sobre esta e é considerada a sua controladora, em conformidade com as definições de controle do IFRS 10 / CPC 36 – Demonstrações Consolidadas.

Composição dos saldos dos investimentos:

Investimentos	Valor patrimonial do investimento	Valor da mais valia	Ágio (goodwill)	Controladora	
				2021	2020
				Total	Total
CODEMIG	307.778	-	-	307.778	307.972
CBL (i)	27.536	57.601	-	85.137	80.701
Helibrás (i)	21.639	20.445	-	42.084	53.798
Datora Participações (i)	13.511	-	42.665	56.176	64.550
IAS (ii)	8.132	13.501	-	21.633	21.610
Biotech Town (i)	-	-	-	-	126
SCP Água Mineral	-	-	-	-	738
Outros investimentos (iii)	1.845	-	-	1.845	2.448
	<u>380.441</u>	<u>91.547</u>	<u>42.665</u>	<u>514.653</u>	<u>531.943</u>
				Consolidado	
				2021	2020
Investimentos	Valor patrimonial do investimento	Valor da mais valia	Ágio (goodwill)	Total	Total
CBL (i)	27.536	57.601	-	85.137	80.701
Helibrás (i)	21.639	20.445	-	42.084	53.798
Datora Participações (i)	13.511	-	42.665	56.176	64.550
IAS (ii)	8.132	13.501	-	21.633	21.610
Biotech Town (i)	-	-	-	-	126
COMIPA	268	-	-	268	269
SCP Água Mineral (i)	-	-	-	-	738
Outros investimentos (iii)	1.845	-	-	1.845	2.448
	<u>72.931</u>	<u>91.547</u>	<u>42.665</u>	<u>207.143</u>	<u>224.240</u>

- (i) Foram utilizadas como base de cálculo da equivalência da CBL, Helibrás, Datora Participações, BiotechTown e da SCP Água Mineral as informações financeiras de 30 de novembro de 2021. Considerar essa informação em toda nota 13.2.
- (ii) Foram utilizadas como base de cálculo da equivalência da IAS, as informações financeiras de 31 de outubro de 2021. Considerar essa informação em toda nota 13.2.

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (iii) Outros investimentos são compostos por participações minoritárias avaliadas pelo custo na Cemig, Santander, obras de arte e ainda participações em consórcios de exploração de gás.

Alocação do preço de compra dos investimentos:

O Grupo, no momento da compra dos investimentos, realizou a alocação do preço de compra entre valor correspondente à participação no patrimônio líquido, no valor justo de ativos e passivos, líquidos, e ágio advindo de expectativa de rentabilidade futura ou ganho por compra vantajosa, conforme já mencionado na nota 2.3 (b). A Codemge realizou testes de *impairment* no exercício, conforme premissas apresentadas na nota 2.6 (d).

- (a) A alocação do preço de compra da IAS teve a mais valia de ativos e passivos a valor justo baseados em contratos de clientes com os órgãos de defesa do Governo Federal. O teste de recuperabilidade do ativo foi realizado, por meio de *valuation* realizado por especialistas, e constatou-se que o valor justo do ativo superou seu valor contábil, portanto não houve baixa relacionada ao *impairment* do investimento.
- (b) A alocação do preço de compra da Helibrás teve a mais valia de ativos e passivos a valor justo baseados em contratos de clientes e valor justo de mercado de seu imobilizado. O teste de recuperabilidade do ativo foi realizado, por meio de *valuation* realizado por especialistas, e constatou-se que o valor justo do ativo superou seu valor contábil, portanto não houve baixa relacionada ao *impairment* do investimento.
- (c) A alocação do preço de compra da Datora Participações teve o ágio baseado no fluxo de caixa descontado futuro estimado das suas participações societárias, sendo que as mais relevantes são a Datora Mobile e Datora Telecom. O teste de recuperabilidade do ativo foi realizado, por meio de *valuation* realizado por especialistas, e constatou-se que o valor justo do ativo superou seu valor contábil, portanto não houve baixa relacionada ao *impairment* do investimento.
- (d) A alocação do preço de compra da CBL teve a mais valia de ativos e passivos a valor justo baseada no valor justo do direito de exploração de lavra e produção de lítio, utilizando para o seu cálculo o método de abordagem de receita. O teste de recuperabilidade do ativo foi realizado, por meio de *valuation* realizado por especialistas, e constatou-se que o valor justo do ativo superou seu valor contábil, portanto não houve baixa relacionada ao *impairment* do investimento.

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Movimentação dos investimentos em participações societárias durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021:

Controladora

Investidas	2020	Aquisição/ (redução) de participação	Resultado de equivalência patrimonial	Equivalência patrimonial do custo de alocação	Ajuste de avaliação patrimonial reflexo dos investimentos	Distribuição de dividendos	Perda com ágio	2021
CODEMIG	307.972	-	640.367	-	-	(640.561)	-	307.778
CBL	80.701	-	19.668	(4.788)	-	(10.444)	-	85.137
Helibrás	53.798	-	(5.882)	(8.451)	2.954	(335)	-	42.084
Datora Participações	64.550	-	5.145	(9.058)	(279)	(4.182)	-	56.176
IAS	21.610	-	2.513	-	-	(2.490)	-	21.633
Biotech Town	126	795	(903)	-	-	-	(18)	-
SCP Água Mineral	738	-	(738)	-	-	-	-	-
Outros investimentos	2.448	(530)	(73)	-	-	-	-	1.845
	<u>531.943</u>	<u>265</u>	<u>660.097</u>	<u>(22.297)</u>	<u>2.675</u>	<u>(658.012)</u>	<u>(18)</u>	<u>514.653</u>
Debêntures Biotech Town (i)			(1.252)					(1.252)
	<u>531.943</u>	<u>265</u>	<u>658.845</u>	<u>(22.297)</u>	<u>2.675</u>	<u>(658.012)</u>	<u>(18)</u>	<u>513.401</u>

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

								Consolidado
Investidas	2020	Aquisição/ (redução) de participação	Resultado de equivalência patrimonial	Equivalência patrimonial do custo de alocação	Ajuste de avaliação patrimonial reflexo dos investimentos	Distribuição de dividendos	Perda com ágio	2021
CBL	80.701	-	19.668	(4.788)	-	(10.444)	-	85.137
Helibrás	53.798	-	(5.882)	(8.451)	2.954	(335)	-	42.084
Datora Participações	64.550	-	5.145	(9.058)	(279)	(4.182)	-	56.176
IAS	21.610	-	2.513	-	-	(2.490)	-	21.633
Biotech Town	126	795	(903)	-	-	-	(18)	-
COMIPA	269	-	2.284	-	-	(2.285)	-	268
SCP Água Mineral	738	-	(738)	-	-	-	-	-
Outros investimentos	2.448	(530)	(73)	-	-	-	-	1.845
	<u>224.240</u>	<u>265</u>	<u>22.014</u>	<u>(22.297)</u>	<u>2.675</u>	<u>(19.736)</u>	<u>(18)</u>	<u>207.143</u>
Debêntures Biotech Town (i)			(1.252)					(1.252)
	<u>224.240</u>	<u>265</u>	<u>20.762</u>	<u>(22.297)</u>	<u>2.675</u>	<u>(19.736)</u>	<u>(18)</u>	<u>205.891</u>

(i) Foram reconhecidas por equivalência patrimonial perdas excedentes ao saldo contábil da participação no BiotechTown, de forma a reduzir o saldo de debêntures sem garantia emitidas pela investida (nota 6).

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Movimentação dos investimentos em participações societárias durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020:

								Controladora
Investidas	2019	Aquisição/ (redução) de participação	Resultado de equivalência patrimonial	Equivalência patrimonial do custo de alocação	Ajuste de avaliação patrimonial reflexo dos investimentos	Distribuição de dividendos	Incorporação da Codepar	2020
CODEMIG	376.950	-	387.426	-	-	(456.404)	-	307.972
CBL	-	-	8.832	(3.985)	(54)	(2.214)	78.122	80.701
Helibrás	-	-	(4.068)	(5.644)	(4.596)	334	67.772	53.798
Datora Participações	-	-	3.618	(756)	63	-	61.625	64.550
IAS	-	-	379	(22)	-	(1.118)	22.371	21.610
Biotech Town	-	-	(1.008)	-	-	-	1.134	126
CODEPAR	371.758	4.147	(1.362)	-	(3.884)	-	(370.659)	-
SCP Água Mineral	479	1.500	(1.241)	-	-	-	-	738
Outros investimentos	2.534	(59)	(27)	-	-	-	-	2.448
	<u>751.721</u>	<u>5.588</u>	<u>392.549</u>	<u>(10.407)</u>	<u>(8.471)</u>	<u>(459.402)</u>	<u>(139.635)</u>	<u>531.943</u>

								Consolidado
Investidas	2019	Aquisição/ (redução) de participação	Resultado de equivalência patrimonial	Equivalência patrimonial do custo de alocação	Ajuste de avaliação patrimonial reflexo dos investimentos	Distribuição de dividendos	2020	
CBL	81.214	-	10.715	(4.458)	(86)	(6.684)	80.701	
Helibrás	70.079	-	(4.156)	(8.267)	(3.858)	-	53.798	
Datora Participações	61.651	-	3.683	(846)	62	-	64.550	
IAS	22.317	-	1.309	(898)	-	(1.118)	21.610	
Biotech Town	440	864	(1.178)	-	-	-	126	
COMIPA	268	-	2.220	-	-	(2.219)	269	
SCP Água Mineral	479	1.500	(1.241)	-	-	-	738	
Outros investimentos	2.534	(59)	(27)	-	-	-	2.448	
	<u>238.982</u>	<u>2.305</u>	<u>11.325</u>	<u>(14.469)</u>	<u>(3.882)</u>	<u>(10.021)</u>	<u>224.240</u>	

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Conforme mencionado na nota 1 (e), a controlada Codepar foi incorporada pela Codemge em fevereiro de 2020 de modo que todo seu patrimônio foi distribuído no balanço patrimonial da Codemge e em 31 de dezembro de 2020 já encontra-se evidenciado em seus saldos patrimoniais individuais.

Informações financeiras da carteira de investimentos em controladas e coligadas considerados para 31 de dezembro de 2021:

(a) Informações patrimoniais sobre controladas e coligadas

	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido
Controladas					
CODEMIG	1.174.933	441.722	777.977	235.193	603.485
Coligadas					
CBL	53.590	54.718	22.176	3.329	82.803
Helibrás	1.160.826	292.720	1.075.167	238.850	139.529
Datora Participações	19.733	100.789	21.624	40.154	58.744
IAS	187.961	27.720	157.056	2.288	56.337
Biotech Town	3.185	13.252	179	18.787	(2.529)
COMIPA	23.174	5.330	14.461	13.517	526
SCP Água Mineral	3.282	8.203	4.130	8.597	(1.242)

(b) Informações de resultado do exercício sob análise

	Receita bruta	Lucros e prejuízos do exercício	Outros resultados abrangentes	Resultado abrangente total
Controladas				
CODEMIG	2.338.603	1.255.619	-	1.255.619
Coligadas				
CBL	179.156	56.010	(718)	55.292
Helibrás	686.031	(3.039)	16.156	13.116
Datora Participações	37.956	17.230	(2.060)	15.169
IAS	62.150	17.177	-	17.177
Biotech Town	223	(2.476)	-	(2.476)
COMIPA	82.380	4.479	-	4.479
SCP Água Mineral	2.903	(2.708)	-	(2.708)

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14 Imobilizado

O imobilizado do Grupo apresentou a seguinte movimentação:

							Controladora
	Terrenos	Prédios e benfeitorias	Equipamentos operacionais	Imobilizado em andamento	Direitos de uso	Outros imobilizados	Total
Em 31 de dezembro de 2019							
Custo	125.232	381.132	48.805	183.416	-	8.187	746.772
Depreciação acumulada	-	(122.276)	(35.546)	-	-	-	(157.822)
<i>Impairment</i>	(23.119)	(821)	-	(84.762)	-	-	(108.702)
Saldo contábil, líquido	102.113	258.035	13.259	98.654	-	8.187	480.248
Aquisições	-	859	1.699	40.743	14.529	4.994	62.824
Baixas	-	-	(423)	(2.034)	-	-	(2.457)
Transferências	-	26.062	6.371	(32.537)	-	104	-
Depreciação - adições	-	(4.531)	(3.354)	-	(648)	-	(8.533)
Depreciação - baixas	-	-	393	-	-	-	393
<i>Impairment</i>	(841)	41	-	(18.139)	-	(4.375)	(23.314)
Em 31 de dezembro de 2020	101.272	280.466	17.945	86.687	13.881	8.910	509.161
Custo	125.232	408.053	56.452	189.588	14.529	13.285	807.139
Depreciação acumulada	-	(126.807)	(38.507)	-	(648)	-	(165.962)
<i>Impairment</i>	(23.960)	(780)	-	(102.901)	-	(4.375)	(132.016)
Saldo contábil, líquido	101.272	280.466	17.945	86.687	13.881	8.910	509.161
Aquisições	-	13	41	7.192	-	-	7.246
Baixas	(885)	(155)	(310)	(603)	(14.529)	-	(16.482)
Transferências	-	38.093	-	(24.831)	-	(13.262)	-
Depreciação - adições	-	(6.223)	(3.750)	-	(478)	-	(10.451)
Depreciação - baixas	-	97	261	-	1.126	-	1.484
<i>Impairment</i>	(727)	(111.721)	-	22.736	-	4.375	(85.337)
Em 31 de dezembro de 2021	99.660	200.570	14.187	91.181	-	23	405.621
Custo	124.347	446.004	56.183	171.346	-	23	797.903
Depreciação acumulada	-	(132.933)	(41.996)	-	-	-	(174.929)
<i>Impairment</i>	(24.687)	(112.501)	-	(80.165)	-	-	(217.353)
Saldo contábil, líquido	99.660	200.570	14.187	91.181	-	23	405.621

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado						
	Terrenos	Prédios e benfeitorias	Equipamentos operacionais	Imobilizado em andamento	Direitos de uso	Outros imobilizados	Total
Em 31 de dezembro de 2019							
Custo	465.023	637.919	71.994	183.416	-	8.187	1.366.539
Depreciação acumulada	-	(129.093)	(38.753)	-	-	-	(167.846)
<i>Impairment</i>	(24.554)	(821)	-	(84.762)	-	-	(110.137)
Saldo contábil, líquido	440.469	508.005	33.241	98.654	-	8.187	1.088.556
Aquisições	-	859	1.216	40.743	14.529	4.994	62.341
Baixas	-	-	(445)	(2.034)	-	-	(2.479)
Transferências	-	26.062	6.371	(32.537)	-	104	-
Depreciação - adições	-	(7.844)	(6.080)	-	(648)	-	(14.572)
Depreciação - baixas	-	-	395	-	-	-	395
<i>Impairment</i>	(841)	41	-	(18.139)	-	(4.375)	(23.314)
Em 31 de dezembro de 2020	439.628	527.123	34.698	86.687	13.881	8.910	1.110.927
Custo	465.023	664.840	79.136	189.588	14.529	13.285	1.426.401
Depreciação acumulada	-	(136.937)	(44.438)	-	(648)	-	(182.023)
<i>Impairment</i>	(25.395)	(780)	-	(102.901)	-	(4.375)	(133.451)
Saldo contábil, líquido	439.628	527.123	34.698	86.687	13.881	8.910	1.110.927
Aquisições	-	13	41	7.192	-	-	7.246
Baixas	(885)	(155)	(310)	(603)	(14.529)	-	(16.482)
Transferências	-	38.093	-	(24.831)	-	(13.262)	-
Depreciação - adições	-	(9.536)	(6.455)	-	(478)	-	(16.469)
Depreciação - baixas	-	97	261	-	1.126	-	1.484
<i>Impairment</i>	(218.087)	(243.555)	-	22.736	-	4.375	(434.531)
Em 31 de dezembro de 2021	220.656	312.080	28.235	91.181	-	23	652.175
Custo	464.138	702.791	78.867	171.346	-	23	1.417.165
Depreciação acumulada	-	(146.376)	(50.632)	-	-	-	(197.008)
<i>Impairment</i>	(243.482)	(244.335)	-	(80.165)	-	-	(567.982)
Saldo contábil, líquido	220.656	312.080	28.235	91.181	-	23	652.175

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A existência destes ativos é condizente com o objeto social da Companhia (nota 1), que é promover o desenvolvimento econômico do Estado de Minas Gerais.

Em junho de 2021 foram realizadas as baixas, nos valores de R\$14.529 e R\$1.126, do imobilizado e da depreciação acumulada, respectivamente, relacionados ao processo de distrato do contrato de arrendamento do galpão para implantação da fábrica de células de bateria de lítio-enxofre (Li-S) localizado dentro na planta industrial da Mercedes Benz do Brasil, em Juiz de Fora, e que estavam sendo classificados como Direito de Uso no quadro acima. Mais informações sobre a operação de arrendamento vide notas 13.1 e 17.

Imóveis em garantia

O valor de todos os bens do imobilizado cedidos em garantia é de R\$4.745 em 31 de dezembro de 2021 (R\$106.006 em 31 de dezembro de 2020).

Impairment de ativos

(i) Bemge

Em 31 de dezembro de 2019, ao se avaliar o valor em uso das benfeitorias realizadas no antigo prédio do Bemge, não foi possível verificar o seu valor recuperável devido às mudanças de planejamento estratégico. O valor da perda por redução ao valor recuperável registrado até 31 de dezembro de 2021 foi de R\$46.079. O edifício está localizado na Praça Sete em Belo Horizonte, de propriedade da Fundação João Pinheiro e cedida à Codemge para execução do projeto P7 Criativo.

(ii) Cidade Administrativa

Ainda em 2019, dois terrenos tiveram seu valor contábil provisionado para perda por valor recuperável devido ao plano da administração de doá-los ao Estado de Minas Gerais. O mais relevante, no montante de R\$39.294, é um terreno desapropriado onde encontra-se localizado uma via de acesso à Cidade Administrativa do Estado de Minas Gerais e um túnel, sendo que ambos estão registrados como imobilizado em andamento por pendências de regularização.

(iii) Terreno Bonsucesso

Há também a intenção de doação pela Companhia ao Estado de MG de um terreno localizado no bairro Bonsucesso, em Belo Horizonte-MG, que possui valor contábil de R\$21.862.

(iv) LabFabITR

Em 2020 foi elaborado, por consultoria especializada, *valuation* dos itens de imobilizado do empreendimento LabFabITR tendo como base o preço médio para a venda do negócio como um todo. O valor da perda por redução ao valor recuperável registrado até 31 de dezembro de 2021 foi de R\$27.944. Deste montante, R\$6.562 foram registrados no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e decorrem de ativos adquiridos/construídos no período.

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(v) Olhos D'água

Em 2019 foi elaborado laudo de avaliação do terreno no bairro Olhos D'Água, no qual foi registrada uma perda de R\$1.435. Em 2021, devido a alteração do modelo de negócios do Grupo, foram contratadas duas empresas especializadas para a realização da avaliação do terreno. A avaliação por meio do método comparativo direto de dados de mercado resultou em uma perda por impairment no valor de R\$123.965.

O valor da perda por redução ao valor recuperável total deste terreno registrado até 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 125.400 (R\$ 1.435 em 31 de dezembro de 2020).

(vi) Centro Cultural Presidente Itamar Franco

Em 2021, devido a alteração do modelo de negócios do Grupo, foi realizada a contratação de empresa especializada para a realização da avaliação do empreendimento. A avaliação por meio do método evolutivo resultou em uma perda por impairment no valor de R\$225.511, sendo R\$132.221 para o prédio e R\$93.290 para o terreno. O valor foi registrado no grupo de “Despesas gerais e administrativas”.

(vii) Expominas São João Del Rei

A administração do Grupo, em alinhamento à Política Estadual de Desestatização e às diretrizes do CMD – Conselho Mineiro de Desestatização, e ainda avaliando os riscos derivados dos desafios para conclusão das obras do imóvel e ainda a gestão, operação e manutenção do espaço de forma economicamente viável, decidiu pela descontinuidade de quaisquer investimentos para finalização do imóvel que seria destinado a ser o Expominas São João Del Rei.

Tal decisão finaliza qualquer hipótese de concretização do negócio entre a Prefeitura do município de São João Del Rei, em que o município doou o terreno à Codemge – à época Codemig – com a contrapartida da construção de um centro de convenções para a cidade. A relação contratual (escritura pública de doação) determinava que, caso a Companhia não cumprisse seu encargo, a doação do terreno seria revertida ao município com todas as benfeitorias nele já construídas. Considerando o inadimplemento pela Codemge da sua parte no contrato firmado, o município requereu judicialmente a reversão do imóvel para si. Sendo assim, a administração não espera que tal imóvel tenha mais nenhum benefício econômico para o Grupo, e o valor da perda por redução ao valor recuperável registrado até 31 de dezembro de 2021 foi de R\$80.194. Ainda há possibilidade de negociações no âmbito do processo judicial com a Prefeitura de São João Del Rei para viabilizar alguma alternativa de retorno para ambas as partes, mas considerando que não houve acordo até a data de apresentação dessas demonstrações financeiras, nenhum benefício econômico pode ser mensurado para retratar esse possível retorno no balanço do Grupo.

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15 Intangível

O intangível do Grupo apresentou a seguinte movimentação:

						Controladora
	Custos de desenvolvimento	Direitos contratuais	Marcas e patentes	Softwares	Direitos de lavra e jazidas	Total
Em 31 de dezembro de 2019						
Custo	26.708	2.207	254	2.090	12.152	43.411
Amortização acumulada	-	-	-	(1.636)	(9)	(1.645)
Impairment	-	-	-	-	(12.029)	(12.029)
Saldo contábil, líquido	26.708	2.207	254	454	114	29.737
Aquisições	11.567	-	8	62	50	11.687
Amortização - adições	-	(1)	-	(196)	(2)	(199)
Impairment	(2.988)	-	(6)	-	-	(2.994)
Em 31 de dezembro de 2020	35.287	2.206	256	320	162	38.231
Custo	38.275	2.207	262	2.152	12.202	55.098
Amortização acumulada	-	(1)	-	(1.832)	(11)	(1.844)
Impairment	(2.988)	-	(6)	-	(12.029)	(15.023)
Saldo contábil, líquido	35.287	2.206	256	320	162	38.231
Aquisições	6.627	-	2	-	11	6.640
Baixas	(2.888)	-	-	-	-	(2.888)
Amortização - adições	-	(2)	-	(147)	(1)	(150)
Impairment	(19.819)	-	(1)	-	-	(19.820)
Em 31 de dezembro de 2021	19.207	2.204	257	173	172	22.013
Custo	42.014	2.207	264	2.152	12.214	58.851
Amortização acumulada	-	(3)	-	(1.979)	(13)	(1.995)
Impairment	(22.807)	-	(7)	-	(12.029)	(34.843)
Saldo contábil, líquido	19.207	2.204	257	173	172	22.013

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado					
	Custos de desenvolvimento	Direitos contratuais	Marcas e patentes	Softwares	Direitos de lavra e jazidas	Total
Em 31 de dezembro de 2019						
Custo	26.707	2.207	261	2.090	12.165	43.430
Amortização acumulada	-	-	-	(1.636)	(9)	(1.645)
<i>Impairment</i>	-	-	-	-	(12.029)	(12.029)
Saldo contábil, líquido	26.707	2.207	261	454	127	29.756
Aquisições	11.568	-	8	62	50	11.688
Amortização - adições	-	(1)	-	(196)	(3)	(200)
<i>Impairment</i>	(2.988)	-	(6)	-	-	(2.994)
Em 31 de dezembro de 2020	35.287	2.206	263	320	174	38.250
Custo	38.275	2.207	269	2.152	12.215	55.118
Amortização acumulada	-	(1)	-	(1.832)	(12)	(1.845)
<i>Impairment</i>	(2.988)	-	(6)	-	(12.029)	(15.023)
Saldo contábil, líquido	35.287	2.206	263	320	174	38.250
Aquisições	6.627	-	2	-	11	6.640
Baixas	(2.888)	-	-	-	-	(2.888)
Depreciação - adições	-	(1)	-	(147)	(2)	(150)
<i>Impairment</i>	(19.819)	-	(1)	-	-	(19.820)
Em 31 de dezembro de 2021	19.207	2.205	264	173	183	22.032
Custo	42.014	2.208	271	2.152	12.226	58.871
Depreciação acumulada	-	(3)	-	(1.979)	(14)	(1.996)
<i>Impairment</i>	(22.807)	-	(7)	-	(12.029)	(34.843)
Saldo contábil, líquido	19.207	2.205	264	173	183	22.032

MGgrafeno

O MGgrafeno está na fase de desenvolvimento de novos produtos em parceria com empresas privadas, avaliando a possibilidade de investimento futuro destes parceiros, validação da tecnologia e modelamento de desinvestimento do projeto.

Dentre os custos de desenvolvimento, o principal conjunto de projetos em desenvolvimento decorre do MGgrafeno, nos quais foram investidos R\$39.026 até 31 de dezembro de 2021 (R\$33.633 em 31 de dezembro de 2020).

Impairment de Custos de Desenvolvimento

Em 2021, foi elaborado, por consultoria especializada, o *valuation* de projetos relacionados ao desenvolvimento de novos materiais que totalizaram perdas por *impairment* com custos de desenvolvimento no valor de R\$19.819. O saldo total provisionado para perdas com valor recuperável dos custos com desenvolvimento é de R\$22.807 (R\$2.998 em 2020).

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Baixa de ativos

Em junho de 2021 foi realizada a baixa, no valor de R\$2.888, do intangível relacionado ao custo de aquisição da participação da Codemge na SCP e na Oxis BR, conforme mencionado na nota 13.1. A formação do ativo baixado foi resultado pela capitalização da depreciação do direito de uso do arrendamento, da atualização monetária do passivo de arrendamento no período e pelo valor pago de IPTU do imóvel arrendado. Mais informações sobre a baixa dos ativos relacionados ao projeto Oxis e a operação de arrendamento vide notas 13.1 e 17.

16 Contas a pagar

O Grupo, através de sua participação na SCP em conjunto com a CBMM, recebe mensalmente os recursos oriundos da atividade da exploração do nióbio. Os impostos e demais passivos em aberto da SCP na data de encerramento do balanço são reconhecidos pelo Grupo como contas a pagar, uma vez que serão compensados com resultados da SCP ou quitados junto à CBMM quando da exigibilidade dos débitos. Ademais, uma menor parte são obrigações por bens ou serviços adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios.

A composição destas contas a pagar está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
IRPJ / CSLL SCP (i)	-	-	657.629	358.408
Valores a pagar SCP	-	-	-	13.314
Valores a ressarcir a SCP (ii)	-	-	83.278	158.541
Fornecedores nacionais	2.144	2.031	2.152	2.032
Outros (iii)	6.269	3	6.269	3
	<u>8.413</u>	<u>2.034</u>	<u>749.328</u>	<u>532.298</u>
Circulante	8.413	2.034	691.617	393.883
Não circulante	-	-	57.711	138.415
	<u>8.413</u>	<u>2.034</u>	<u>749.328</u>	<u>532.298</u>

- (i) Correspondem aos saldos dos tributos da SCP não descontados do resultado distribuído e, portanto, devidos à CBMM. Os saldos são acumulados durante o exercício até o mês de dezembro e sua quitação ocorre sempre em janeiro do exercício subsequente, quando da apuração do lucro real da SCP e de sua quitação pela CBMM junto à fazenda federal.
- (ii) Com base em interpretação da Escritura Pública, foi acordado entre os sócios da SCP, através do 8º Termo de Acordo, que a Codemig deve participar dos custos financeiros de todas as operações de antecipação de receitas ou cambiais realizadas pela CBMM, em nome da SCP, na proporção de 25%. Contudo, considerando o efeito exclusivamente econômico do seu registro na competência, foi acordado que as variações cambiais somente serão descontadas ou incrementadas nos recebíveis mensais decorrentes da participação da Codemig na SCP na data da vinculação dos cambiais à entrega da mercadoria ao mercado na moeda transacionada. Sendo assim, o Grupo, para refletir o passivo ou ativo gerado dessa obrigação ou direito criado pelo acordo passou a registrar o ativo ou passivo derivado de sua participação nas variações cambiais dessas operações em seu balanço e

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

realizá-lo no momento da amortização da dívida pela CBMM, quando a variação cambial final da operação é deduzida ou incrementada na distribuição mensal de sua participação na SCP.

- (iii) Do saldo apresentado, o valor de R\$6.266 (seis milhões e duzentos e sessenta e seis mil reais) é referente ao acordo judicial, do processo 5001034-42.2021.8.13.0521, no qual a Codemge se compromete a arcar com a realização de obras de reforma e restauração da edificação do antigo prédio do Hotel Glória em Ponte Nova, Minas Gerais. O pagamento do valor integral do acordo ocorrerá em até dez dias após aprovação do projeto executivo e do orçamento referencial das obras pelo Município de Ponte Nova, sendo a data final para entrega do projeto o dia 16 de março de 2022. As obras serão realizadas pelo Município de Ponte Nova, que demonstrará à Codemge a execução do projeto e prestará contas da aplicação dos recursos.

17 Operações de arrendamento mercantil

A Codemge assinou em abril de 2020 um contrato para locação de um galpão localizado na planta industrial da Mercedes Benz do Brasil em Juiz de Fora/MG. O imóvel alugado seria utilizado pela Codemge, em parceria com a Oxis Energy UK, para implantação da primeira fábrica de células de baterias de lítio-enxofre do mundo. A operação da fábrica caberia a Oxis Energy BR, empresa subsidiária da Oxis Energy UK no país.

Em função do estado de insolvência em que a Oxis Energy UK se encontra e do interesse da Companhia em se retirar do projeto de implantação da fábrica de células de baterias de lítio-enxofre no Brasil, optou-se por negociar com a Mercedes Benz do Brasil o distrato do aluguel do galpão. O passivo de arrendamento e os juros embutidos a apropriar foram baixados contra o direito de uso. Houve ainda pagamento de indenização para MBB para custeio dos gastos com disponibilização do imóvel em R\$356, além de despesas com IPTU no valor R\$69, ambas as despesas registradas no resultado do exercício. Mais informações sobre a operação de arrendamento vide notas 13.1.

Abaixo a abertura dos saldos relacionados a arrendamento:

	Controladora e consolidado	
	2021	2020
Passivo de arrendamento	-	31.601
Juros embutidos a apropriar	-	(16.052)
	-	15.549
Circulante	-	442
Não circulante	-	15.107
	-	15.549

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A movimentação do passivo de arrendamento para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 está demonstrada a seguir:

	Controladora e consolidado	
	2021	2020
Saldo inicial	15.549	-
Aquisição de arrendamento	-	31.601
(-) Juros embutidos a apropriar	-	(17.071)
Juros incorridos no exercício	673	1.019
Baixa do arrendamento	(16.222)	-
	<u>-</u>	<u>15.549</u>

18 Tributos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Tributos retidos de terceiros	722	753	1.450	760
Tributos retidos sobre salários	1.061	1.381	1.061	1.381
PIS e COFINS	3.560	1.360	4.012	1.436
Imposto sobre mercadorias e serviços	222	207	223	209
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>4.496</u>	<u>11.282</u>	<u>4.496</u>	<u>11.282</u>
	<u>10.061</u>	<u>14.983</u>	<u>11.242</u>	<u>15.068</u>
Circulante	5.565	3.701	6.746	3.786
Não circulante	<u>4.496</u>	<u>11.282</u>	<u>4.496</u>	<u>11.282</u>
	<u>10.061</u>	<u>14.983</u>	<u>11.242</u>	<u>15.068</u>

O imposto de renda e contribuição social diferidos advêm do reconhecimento de ganho patrimonial líquido dos instrumentos financeiros classificados pelo VJORA, conforme notas 4 e 13.1. A variação patrimonial positiva, portanto, não afeta nem o resultado contábil ou resultado fiscal e é reconhecida no patrimônio líquido da Companhia, gerando assim um diferença temporária tributável, e por consequência um passivo fiscal diferido.

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

19 Salários e encargos sociais

	Controladora e consolidado	
	2021	2020
Férias	5.304	6.314
Participação nos lucros e resultados (PLR)	4.382	4.177
INSS	2.412	2.621
FGTS	756	816
Indenizações	-	364
Outros	61	154
	<u>12.915</u>	<u>14.446</u>

20 Adiantamentos e cauções recebidos

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Adiantamento de receitas SCP (i)	-	-	168.844	182.075
Adiantamento de clientes e cauções recebidas (ii)	<u>2.837</u>	<u>3.315</u>	<u>2.837</u>	<u>3.315</u>
	<u>2.837</u>	<u>3.315</u>	<u>171.681</u>	<u>185.390</u>
Circulante	2.837	3.315	33.779	10.334
Não circulante	-	-	137.902	175.056
	<u>2.837</u>	<u>3.315</u>	<u>171.681</u>	<u>185.390</u>

- (i) A Codemig, através de sua participação na SCP, em conjunto com a CBMM, pode concordar em receber adiantamentos de seus lucros, atrelados à realização de operações de pré-pagamento de exportação da SCP realizados pela sócia ostensiva. Dos adiantamentos em aberto, R\$43.327 foram recebidos em 2015, R\$48.017 em 2018 e R\$77.500 em 2019 e são vinculados a receitas futuras a serem concretizadas entre 2022 a 2027. Os adiantamentos são realizados em reais – moeda da Escritura Pública – e serão cobrados no momento em que a SCP vincular o título de exportação, na moeda da operação, aos cambiais antecipados. Sua cobrança é por meio de redução na distribuição dos resultados da SCP e ocorre pelo valor nominal adiantado, em reais e sem qualquer ajuste ou efeito de carregamento.
- (ii) Os adiantamentos de clientes e cauções recebidos decorrem do registro de depósitos em garantias dos contratos de prestação de serviço e valores recebidos antecipadamente sob a forma de sinal, relativos aos contratos de compra e venda de estoque de imóveis a comercializar e contratos de locação dos auditórios dos quais o Grupo é proprietário e gestor. A medida que os imóveis são transferidos e que os eventos são realizados, as receitas são reconhecidas no resultado e os saldos de adiantamento são baixados.

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Abertura dos adiantamentos de recebíveis e cauções por ano de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Por ano de vencimento				
2021	-	3.315	-	10.334
2022	2.837	-	33.779	12.385
2023	-	-	50.799	56.362
2024	-	-	22.520	28.810
2025	-	-	25.833	25.833
2026	-	-	25.833	25.833
2027	-	-	12.917	25.833
	<u>2.837</u>	<u>3.315</u>	<u>171.681</u>	<u>185.390</u>

21 Provisão para contingências

A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias e trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

As provisões para contingências contabilizadas em 31 de dezembro de 2021 estão demonstradas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Contingências cíveis (i)	2.645	2.459	37.403	34.560
Contingências tributárias (ii)	6.622	3.681	11.444	23.657
Contingências administrativas	713	582	713	582
Contingências trabalhistas	570	681	570	681
Contingências ambientais	1.689	1.521	1.689	1.521
Outras contingências	1.335	1.335	1.335	1.335
	<u>13.574</u>	<u>10.259</u>	<u>53.154</u>	<u>62.336</u>

- (i) Do saldo total, R\$34.758 decorre da obrigação de indenização pelo resgate de ações ocorrido na transformação da Codemig de sociedade de economia mista em empresa pública conforme definido na Assembleia Geral Extraordinária realizada em dezembro de 2010 (R\$32.101 em 31 de dezembro de 2020). Existe um vínculo do pagamento da indenização com a solução de uma disputa judicial, que identificará quem é o ex-acionista a ser indenizado pela Codemig. Pela indefinição do real devedor e sua consequente inexigibilidade até a data de conclusão do processo, com o seu consecutivo trânsito em julgado, o Grupo considera tal indenização como uma contingência e a atualiza monetariamente.
- (ii) Refere-se principalmente à provisão de tributos envolvendo os ativos do Grupo. Em razão de impedimentos regulamentares, o Grupo não consegue liquidá-los e portanto decidiu por provisionar tais tributos antes mesmo de ser cobrado pelas autoridades fiscais. Em abril de 2021, a Companhia com objetivo de melhorar suas expectativas e aprimorar suas estimativas obteve junto aos órgãos públicos uma base de cálculo do tributo mais fidedigna do que a que estava sendo

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

utilizada no cálculo da estimativa (avaliação do valor de mercado do ativo), de modo que o valor da provisão foi parcialmente revertido em R\$17.792.

Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

O Grupo está envolvido em outros processos relacionados a questões tributárias, trabalhistas e aspectos cíveis surgidos no curso normal dos seus negócios com risco de perda classificado como possível por seus consultores jurídicos envolvendo a Companhia no montante de R\$20.039 em 31 de dezembro de 2021 (R\$15.678 em 31 de dezembro de 2020) e envolvendo o Grupo em R\$20.148 em 31 de dezembro de 2021 (R\$15.772 em 31 de dezembro de 2020), para as quais não é requerida a provisão para eventuais perdas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Exceto pela contingência cível provisionada pela Codemig, todos os demais processos envolvendo a Codemig até a data da cisão, 31 de janeiro de 2018, foram assumidos pela Codemge, conforme Termo de Indenização e Outras Avenças assinado entre as partes, incluindo as contingências classificadas como possíveis restando somente aqueles processos que envolviam os ativos que se mantiveram na Codemig após a cisão.

Ações relevantes relativas à cisão

A constitucionalidade e economicidade da cisão da Codemig estão sendo questionadas judicialmente pela sociedade civil e pelo MPMG e administrativamente pelo MPC junto ao TCE-MG. O Estado de Minas Gerais também foi acionado em ambas esferas, judicial e administrativa, de forma que a condução dos casos é realizada pelo jurídico interno e em alinhamento com a Advocacia Geral do Estado de Minas Gerais (“AGE-MG”). A administração do Grupo monitora de perto o andamento de tais processos e classificou a probabilidade de materialização do risco como remoto.

22 Patrimônio líquido

(a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social subscrito e integralizado da Codemge é de R\$751.091 (R\$751.091 em 31 de dezembro de 2020), representado por 205.221 ações, sendo que o Governo de Minas Gerais detém 205.219 e a MGI detém 2 ações.

(b) Capital autorizado

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R\$2.500.000, mediante deliberação do Conselho de Administração.

(c) Reserva de capital

Em 31 de dezembro de 2021, a reserva de capital era de R\$580.943 (R\$580.943 em 31 de dezembro de 2020) referente a ágio na emissão de ações onde parte do preço da emissão das ações, que não tem valor nominal, ultrapassou a importância destinada à formação do capital social.

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Reservas de lucro

(d.1) Reserva legal

Do lucro líquido do exercício, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá de 20% do capital social, conforme disposições legais. Ainda conforme a lei, a reserva legal pode deixar de ser constituída se o saldo da mesma acrescido da reserva de capital exceder 30% do capital social. A reserva legal, conforme legislação, tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital. Considerando que a Codemge não atingiu o limite de 20% do capital social, mas seu saldo de reserva legal e de reserva de capital somado superam o percentual de 30% do capital social, nenhuma reserva foi constituída. Em 31 de dezembro de 2021 a reserva legal da Companhia era de R\$62.996 (R\$62.996 em 31 de dezembro de 2020).

(d.2) Retenção de lucros

Após a constituição da reserva legal, a proposição de dividendos mínimos e a compensação do saldo de prejuízos acumulados, a Companhia destina o saldo remanescente dos lucros acumulados à constituição da reserva de retenção de lucros (reserva de lucros para expansão) com o propósito de retenção de recursos na Companhia para subsidiar e atender aos projetos de investimento aprovados no Conselho de Administração que, alinhados ao planejamento estratégico do Grupo, contribuem para o desenvolvimento do Estado de Minas Gerais. Em 31 de dezembro de 2021 a reserva de lucros da Companhia, desconsiderando a reserva legal, era de R\$204.448 (R\$181.385 em 31 de dezembro de 2020).

(e) Dividendos e juros sobre capital próprio

A política de dividendos da Codemge determina a distribuição anual mínima de 25% dos lucros, após destinações legais e estatutárias. Os saldos dos proventos distribuídos estão apresentados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Lucro líquido do exercício	445.043	226.407	1.060.296	598.639
Reserva de lucros	267.444	244.381	267.444	244.381
Reservas de lucros distribuídas	149.820	321.997	150.007	323.099
Dividendos a deliberar	-	-	26.107	110.273
Dividendos intercalares distribuídos	272.160	106.579	851.506	433.708
Juros sobre capital próprio distribuídos	-	-	9.800	-
Total de proventos distribuídos	<u>421.980</u>	<u>428.576</u>	<u>1.037.420</u>	<u>867.080</u>

(f) Ajuste de avaliação patrimonial

O saldo apresentado em ajuste de avaliação patrimonial de R\$12.953 em 31 de dezembro de 2021 (R\$34.167 em 31 de dezembro de 2020) demonstra os impactos de contas patrimoniais já incorridos decorrentes de transações que somente seriam reconhecidas no resultado em momentos futuros. É composto substancialmente pelas variações de outros resultados abrangentes de empresas coligadas e controladas – nota 13.2 – e dos investimentos mensurados a VJORA – nota 13.1.

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

23 Receita líquida

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Receita – SCP (i)	-	-	1.562.920	763.812
Arrendamentos (ii)	23.690	11.966	23.694	11.969
Receita com vendas, serviços e locações (iii)	45.700	33.012	48.006	33.894
Receita bruta	69.390	44.978	1.634.620	809.675
Impostos	(7.334)	(4.819)	(7.548)	(4.907)
Receita líquida	62.056	40.159	1.627.072	804.768

- (i) Apresentamos a seguir a abertura do resultado da SCP e dos tributos sobre os lucros apurados nos exercícios findos em 31 de dezembro:

Resultado da SCP	2021	2020
Receita bruta de vendas	11.509.777	7.042.612
Devoluções e deduções de receita de vendas	(78.067)	(67.186)
Receita líquida de vendas	11.431.710	6.975.426
Custo de vendas	(1.644.185)	(1.137.948)
Margem bruta nas vendas	9.787.525	5.837.478
Despesas estruturais	(569.471)	(1.436.044)
Outras receitas operacionais	40.777	57.092
Lucro operacional	9.258.831	4.458.526
Resultado de cláusulas contratuais da SCP	(205.486)	731.995
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social - SCP	9.053.345	5.190.521
Participação de 25% da Codemig	2.263.336	1.297.630
Variação cambial decorrente dos adiantamentos de exportações realizados pela CBMM	75.262	(103.199)
Imposto de renda e contribuição social corrente – SCP	(768.819)	(425.451)
Imposto de renda e contribuição social diferido	(6.859)	(5.168)
Receita - SCP	1.562.920	763.812

Considerando que o Grupo recebe os recursos oriundos do lucro antes do imposto de renda e contribuição social da SCP brutos e posteriormente repassa à CBMM os ajustes de apuração destes tributos, que correspondem à diferença entre apuração por estimativa e lucro real (vide notas 1 (c) e 16).

- (ii) Estão compreendidas as receitas com arrendamento de jazidas na extração de minério britado, de administração dos hotéis pertencentes ao Grupo e dos Expominas, pela realização de eventos.

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (iii) Valor refere-se principalmente a venda de estoques de imóveis a comercializar e operação do Terminal Rodoviário Governador Israel Pinheiro que em 31 de dezembro de 2021 acumulavam receita de R\$23.097 e R\$20.391, respectivamente (R\$9.254 e R\$15.825 em 31 de dezembro de 2020).

24 Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Despesas com pessoal	(52.489)	(51.030)	(56.577)	(55.127)
Encargos sociais	(11.404)	(9.897)	(11.404)	(9.897)
Despesas de uso e consumo	(6.516)	(6.183)	(8.383)	(7.905)
Serviços de apoio e limpeza	(27.169)	(26.898)	(29.288)	(29.027)
Serviços de consultoria e auditoria	(3.188)	(8.255)	(3.892)	(9.871)
Serviços de engenharia e manutenção (i)	(14.373)	(10.821)	(15.488)	(11.853)
Serviços de vigilância	(5.446)	(4.793)	(5.909)	(5.961)
Serviços de informática	(4.238)	(5.327)	(4.250)	(5.370)
Publicidade e patrocínio	(1.653)	(1.832)	(1.653)	(1.832)
Despesas tributárias	(2.647)	(2.322)	(3.930)	(3.530)
Depreciação e amortização	(10.123)	(8.084)	(16.141)	(14.124)
Perda por redução ao valor recuperável (ii)	(103.347)	(26.965)	(452.541)	(26.965)
(Provisão) / reversão para contingências (iii)	(8.434)	(4.284)	7.504	(9.278)
(Perda) / reversão perda esperada de créditos de liquidação duvidosa	(156)	72	(2.304)	(604)
Outras	(4.547)	(2.413)	(4.736)	(2.607)
	<u>(255.730)</u>	<u>(169.032)</u>	<u>(608.992)</u>	<u>(193.951)</u>

- (i) Em 2021, foram baixados R\$3.855 referente a obras em distritos industriais. Para maiores informações, vide nota 11.
- (ii) Em 2021, foram registradas provisões para perda de valor recuperável para um conjunto de ativos do Grupo, sendo que os principais são: a) imóvel do Centro Cultural Presidente Itamar Franco no valor de R\$225.511; b) imóvel Olhos D'Água no valor de R\$123.965; c) terreno do Expominas de São João Del Rei no valor de R\$80.975; d) R\$6.562 de *impairment* do empreendimento LabFabITR; e) R\$19.819 do empreendimento MGgrafeno.

Foi registrada ainda uma reversão de provisão de doação de estoque no valor de R\$4.461. Para maiores informações, vide nota 11.

- (iii) No 1º trimestre de 2021 foi constituída provisão para contingência no valor de R\$6.600 devido à ação civil pública movida pelo Município de Ponte Nova em face da Companhia para impor obrigações de fazer em obras emergenciais e posterior restauração do imóvel correspondente ao antigo prédio do Hotel Glória. A demanda judicial tem como referência o Termo de Cooperação e Contrato de Cessão de Uso de Imóvel firmados com a Companhia e encerrados em função da Política Estadual de Desestatização (nota 1 (e)). Ainda em 2021 foi acordado judicialmente o pagamento do valor ao Município, conforme nota 16. Em abril de 2021 o valor da provisão de contingência tributária de ativo da Companhia foi revertido em parte, R\$17.792, conforme recálculo da base do tributo, vide nota 21 (ii).

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

25 Gastos com desenvolvimento

	Valor do convênio	Valor total repassado até 2021	Controladora		Consolidado	
			2021	2020	2021	2020
Convênio 5449 - SETOP-MG e DER-MG	10.000	10.000	2.000	6.000	2.000	6.000
Convênio 10347 - Prefeitura Municipal de Brasília de Minas	800	800	-	400	-	400
Convênio 10348 - Prefeitura Municipal de Campo Belo	800	800	-	400	-	400
Convênio 10362 - Prefeitura Municipal de Perdões	800	800	-	400	-	400
Convênio 10368 - Policia Militar de Minas Gerais	2.553	1.784	206	305	366	483
Convênio 10823 - Convênio Semana Internacional do Café 2019	1.146	801	-	-	1	-
Convênio 10888 - SEINFRA e Município de Itapeva	215	202	-	202	-	202
Convênio 10953 - Convênio obra Pavão	10.000	2.353	2.353	-	2.353	-
Convênio 10954 - Convênio projetos Pontes	2.273	747	747	-	747	-
Convênio 10971 - Sistema BIM	1.830	1.110	604	506	604	506
Convênio 10972 - Trecho Januária MGC479	2.479	1.895	724	1.172	724	1.172
Convênio 10991 - Obra acesso DI Jacutinga	4.000	4.000	-	4.000	-	4.000
Convênio 11016 - Obra Poços de Caldas	12.060	12.060	-	12.060	-	12.060
Convênio 11022 - SEINFRA Concessão TERGIP	2.317	870	870	-	870	-
Convênio 11037 - COPASA - Adutora LABFAB	500	500	-	500	-	500
Convênio 11065 - Sebrae-MG - Programa Sebraetec	10.000	6.000	-	6.000	-	6.000
Termo de cooperação - Hospital de Campanha Expominas BH	-	2.499	-	2.499	-	2.499
	<u>61.773</u>	<u>47.221</u>	<u>7.504</u>	<u>34.444</u>	<u>7.665</u>	<u>34.622</u>

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

26 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Parcerias	(7.905)	(7.403)	(7.905)	(7.403)
Recuperações de taxas e despesas (i)	1.889	9.240	2.178	9.348
Perda de recebíveis	(257)	(3.022)	(257)	(3.022)
Venda Imobilizado (ii)	1.035	-	1.035	-
Outras	(1.365)	(1.231)	(1.365)	(1.250)
	<u>(6.603)</u>	<u>(2.416)</u>	<u>(6.314)</u>	<u>(2.327)</u>

- (i) A Codemge, conforme apresentado na nota 25, celebra convênios com diversos órgãos do governo, sejam eles do governo estadual ou municipal. Caso os convenientes não executem a integralidade do recurso repassado pela Codemge, ou anteriormente pela Codemig, eles são obrigados a devolverem o recurso atualizado monetariamente.
- (ii) Em março de 2021, foi vendido, por R\$2.590, imóvel localizado em Montes Claros, MG, composto por uma área de 212.728,70 m². Este bem estava registrado no ativo imobilizado da Companhia. Durante o exercício, foi dado baixa por doação de itens do imobilizado da Companhia, no valor de R\$30, além de doação de terrenos e edificações localizados em Araxá e Poços de Caldas, totalizando R\$944. Foi efetuada reforma do Hotel Glória, totalizando R\$603.

27 Resultado financeiro

O resultado financeiro incorrido pelo Grupo está substancialmente vinculado às oscilações dos saldos de suas aplicações financeiras. As aplicações financeiras possuem como o *benchmark* o CDI e o IPCA, de modo que a flutuação de tais índices também influencia diretamente nos montantes apropriados de receitas.

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Receitas				
Juros recebidos de aplicações financeiras	12.868	10.178	52.413	29.310
Juros sobre capital próprio (i)	7.766	418	7.773	410
Variação monetária ativa	534	536	7.060	5.518
Outras	109	61	103	61
	<u>21.277</u>	<u>11.193</u>	<u>67.349</u>	<u>35.299</u>
Despesas				
Perdas aplicações e instrumentos financeiros	(609)	(628)	(1.033)	(800)
IOF	(103)	-	(536)	-
Variação monetária passiva	(1.592)	(247)	(5.352)	(5.755)
Outras	(223)	(320)	(224)	(753)
	<u>(2.527)</u>	<u>(1.195)</u>	<u>(7.145)</u>	<u>(7.308)</u>
	<u>18.750</u>	<u>9.998</u>	<u>60.204</u>	<u>27.991</u>

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (i) Referem-se aos Juros sobre capital próprio oriundos da participação no BDMG.

28 Imposto de renda e contribuição social

A Companhia e suas controladas são tributadas com base no lucro real a alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 anuais para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido. A Companhia e suas controladas apresentaram prejuízo fiscal após os ajustes sobre o lucro contábil. A discrepância entre o lucro contábil e o prejuízo fiscal se dá uma vez que a maior receita do Grupo, proveniente da SCP, é tributada na própria SCP. A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos impostos registrados estão apresentados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	455.043	226.407	1.060.296	598.715
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(151.315)	(76.978)	(360.501)	(203.563)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:				
Exclusão permanente do resultado da SCP	-	-	531.393	259.696
Resultado com participações societárias	216.420	129.928	(528)	(1.069)
Exclusões/(adições) permanentes e temporárias, líquidas	(38.238)	(7.904)	(143.238)	(7.553)
Ativo diferido não registrado (i)	(26.867)	(45.046)	(27.126)	(47.587)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas efetivas	-	-	-	(76)
<i>Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social</i>	0,00%	0,00%	-0,00%	-0,01%

- (i) A administração julgou que tais ativos diferidos não deveriam ser reconhecidos por não verificar uma perspectiva de lucro fiscal nos exercícios seguintes. A Companhia possui um saldo de R\$564.062 de prejuízo fiscal e base negativa (R\$485.041 em 31 de dezembro de 2020) e o Grupo possui um saldo de R\$ 1.197.306.008 de prejuízo fiscal e R\$1.203.773.733 de base negativa (R\$1.117.524.398 de prejuízo fiscal e R\$ 1.123.992.123 de base negativa em 31 de dezembro de 2020). Caso a Companhia tivesse uma expectativa de lucro fiscal nos exercícios futuros, um ativo diferido seria reconhecido na proporção de 34% de 30% dos lucros projetados (limite de utilização de prejuízos fiscais, conforme regra do benefício fiscal vigente).

29 Lucro por ação

Básico e diluído

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício. A Companhia não efetuou compra de ações ordinárias nem mantém ações em tesouraria. O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores. A Companhia não possui nenhuma ação com potencial efeito diluidor.

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	445.043	226.407
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação	<u>205.221</u>	<u>205.221</u>
Lucro básico e diluído por ação (reais)	<u>2.168,60</u>	<u>1.103,24</u>

30 Eventos subsequentes

(a) Dividendos e juros sobre capital próprio intercalares – Codemig

Em janeiro de 2022, foi realizada a distribuição de juros sobre capital próprio com base no resultado de dezembro de 2021, no montante acumulado de R\$9.428. A Codemge, detentora de 92.021 ações preferenciais, teve direito à R\$4.808, enquanto o Estado de Minas Gerais, detentor de 88.412 ações preferenciais, teve direito a R\$4.620.

Foram realizadas ainda distribuições de dividendos e juros sobre capital próprio referentes ao resultado de janeiro e fevereiro de 2022. O valor de dividendos foi no montante de R\$263.161 (a Codemge, detentora de 92.021 ações preferenciais, teve direito à R\$134.212, enquanto o Estado de Minas Gerais, detentor de 88.412 ações preferenciais, teve direito à R\$128.949) e o de juros sobre capital próprio no montante de R\$6.000 (a Codemge, detentora de 92.021 ações preferenciais, teve direito à R\$3.060, enquanto o Estado de Minas Gerais, detentor de 88.412 ações preferenciais, teve direito à R\$2.940).

(b) Juros sobre capital próprio BDMG e diluição do capital social

Em dezembro de 2021 foi realizada Assembleia Geral Extraordinária que deliberou a distribuição de R\$9.778 para a Codemge, a título de juros sobre capital próprio. Em fevereiro de 2022, ocorreu nova Assembleia Geral Extraordinária deliberando integralização de capital social, no valor de R\$0,03 por ação, por parte do Estado de Minas Gerais no BDMG. Este aumento ocasionou uma diluição na participação da Codemge no BDMG. Antes do aporte do Estado, a Codemge detinha 8,72% do capital do BDMG. Esse percentual foi reduzido para 8,30% após a diluição.

(c) Tergip – Rodoviária de BH

Em março de 2022, o Governo de Minas, por meio da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade (Seinfra), realizou licitação para concessão de serviços públicos do Terminal Rodoviário Governador Israel Pinheiro (Tergip), em Belo Horizonte. A proposta vencedora foi no valor de R\$20.000, representando um ágio de 1.829% sobre o valor da outorga mínima proposta no edital. A licitação está na fase inicial, com previsão de conclusão em maio/2022. O Grupo continuará operando o Terminal até 30 de junho de 2022.

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Alienação FIP Biotec

Em março de 2022, a Codemge lançou edital de licitação para alienação de suas cotas no fundo de investimentos em participações FIP Biotec e Ciências da Vida. O objetivo é selecionar investidor para adquirir a parte detida pela Companhia no fundo. A licitação está aberta a investidores qualificados, nacionais ou estrangeiros, autorizados a atuar no País, desde que atendam plenamente todas as disposições estabelecidas no edital e em seus anexos. A sessão pública ocorrerá em junho de 2022.

* * *